Recortes da História de Passo Fundo Ney Eduardo Possapp d'Avila



Recortes da História de Passo Fundo é uma coletânea de artigos publicados na imprensa passo-fundense desde a década de 1990 até os dias atuais. Foram "pinçados" entre algumas centenas de escritos sobre a história da Cidade e o Município. Uma história com início muito antes da chegada do Cabo Neves, fundador da hoje cidade de Passo Fundo, em dezembro de 1827.

Os textos são autônomos, independentes entre si. Há assuntos, episódios, personagens que figuram em mais de um artigo, em geral sob enfoque diferente. Estão distribuídos em ordem, sempre que possível, cronológica. Não obstante podem ser lidos na sequência que o Leitor melhor escolher.

Recortes da História de Passo Fundo Ney Eduardo Possapp d'Avila



Ney Eduardo Possapp d'Avila

Recortes da História de Passo Fundo

Passo Fundo Projeto Passo Fundo 2014

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Todos os direitos reservados ao Autor. O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria.

Revisado por: HST oficina de História, Ensino e Consultoria Última revisão em 13/04/2015

Capa: Antigo Paço Municipal de Passo Fundo. Studio Avila, 1923. Foto propositalmente invertida.

A958r Avila, Ney Eduardo Possapp d'

Recortes da história de Passo Fundo [recurso eletrônico] / Ney Eduardo Possapp d'Avila. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2014.
1.729 Kb ; PDF.
ISBN 978-85-8326-097-4

Modo de acesso: World Wide Web: http://www.projetopassofundo.com.br>.

1. Passo Fundo (RS) – História. 2. Rio Grande do Sul – História. 3. Historiografia. I. Título.

CDU: 981.65

Sumário

Apresentação	7
Municípios situados no Município criado em 1857	11
Efemérides Passo-fundenses	13
Povoadores de Passo Fundo	15
Passo Fundo das Missões	19
André Fernandes	21
Birivas, Tropeiros, Milicianos	25
Passo Fundo no ano da Independência	27
Manoel José das Neves	31
Origem da Cidade de Passo Fundo	33
Cabo Neves, o Fundador	35
Combate do Rincão das Galinhas	39
Comissário Fagundes dos Reis	43
Prestes Guimarães	47
Primeiros Luteranos em Passo Fundo	51
Adão Schell	55
Primeiros Italianos em Passo Fundo	57
Lei de Criação do Município	61
Emancipação Municipal: 7 de agosto	63

Recortes da História de Passo Fundo – Ney Eduardo Possapp d'Avila

A Vila do Passo Fundo		
São M	liguel do Pinheiro Torto	71
Negro	s Escravos – Brancos Abolicionistas	75
A Vila	elevada à Cidade	79
Batall	na de Passo Fundo	81
Os ma	arcos da Batalha de Passo Fundo	85
Estrac	da de Ferro	87
A Con	nposição Étnica no Século XX	89
a)	Do início do século até os anos 50	89
b)	Dos anos 50 ao final do século	91
Societ	à Italiana	93
Clube	Caixeiral	95
Cemit	ério Municipal "Vera Cruz"	97
Dois s	acerdotes no Parlamento Municipal	101
O Ant	igo Paço Municipal	105
Ônibu	s da Cidade	107
Praça	Itália	109
Δ Hist	oriografia Passo-fundense	111

Apresentação

Recortes da História de Passo Fundo é uma coletânea de artigos publicados na imprensa passo-fundense desde a década de 1990 até os dias atuais. Foram "pinçados" entre algumas centenas de escritos sobre a história da Cidade e o Município. Uma história com início muito antes da chegada do Cabo Neves, fundador da hoje cidade de Passo Fundo, em dezembro de 1827.

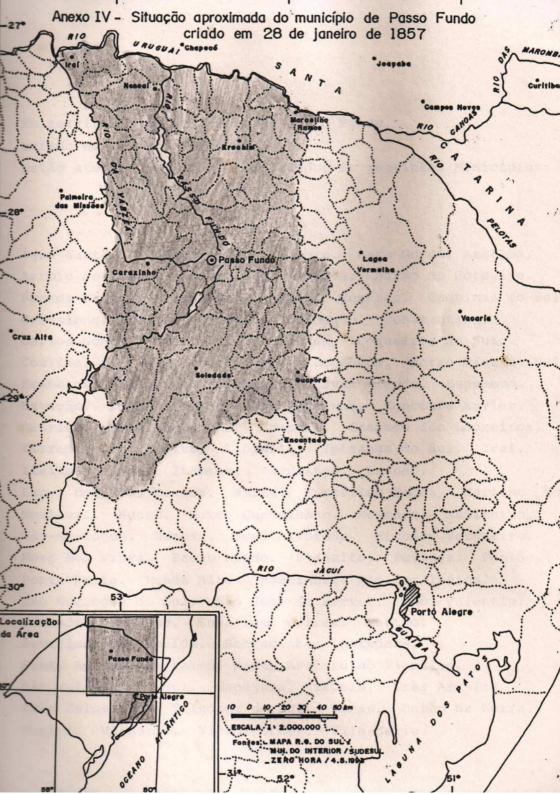
Redigidos e publicados em diferentes momentos, foram revisados, corrigidos, adaptados, complementados para comporem a presente coletânea integrante do Projeto Passo Fundo. Foram selecionados artigos que tratam de episódios e de personalidades com algum significado histórico. Duas principais metas pontuaram a escolha. Primeira meta: a descrição de fatos e personagens, de modo o mais objetivo possível, com base em pesquisas e crítica historiográfica. Segunda meta: despertar o interesse pelo conhecimento da nossa história local, superando tanto a falta de conhecimento, quanto o conhecimento errôneo.

Um terceiro propósito seria desafiar os interessados no estudo e divulgação de nossa formação histórica local para discutirmos em termos técnicos, científicos e metodológicos o que já faz parte da historiografia local e o que falta ser pesquisado e estudado.

Os textos são autônomos, independentes entre si. Há assuntos, episódios, personagens que figuram em mais de um artigo, em geral sob enfoque diferente. Estão distribuídos em ordem, sempre que possível, cronológica. Não obstante podem ser lidos na sequência que o Leitor melhor escolher.

Boa leitura!





Municípios situados no Município criado em

1857

No território do primitivo Município da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo, criado em 28 de janeiro e instalado em 7 de agosto do ano de 1857, estão atualmente (outubro de 2014) situados, total ou parcialmente, 120 municípios dos 497 do Rio Grande do Sul.

Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Ametista do Sul, Anta Gorda, Aratiba, Arroio do Tigre, Arvorezinha, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barros Cassal, Benjamin Constante do Sul, Camargo, Campinas do Sul, Campos Borges, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Chapada, Caseiros, Centenário, Charrua, Ciríaco, Colorado, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, Cruzaltense, David Canabarro, Dois Lageados, Engenho Velho, Erebango, Erechim, Ernestina, Erval Grande, Espumoso, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Fontoura Xavier, Gaurama, Gentil, Getúlio Vargas, Gramado dos Loureiros, Guaporé, Ibiaçá, Ibirama, Ibirapuitã, Ibirubá, Ilópolis, Ipiranga do Sul, Jacuizinho, Jacutinga, Lagoa dos Três Cantos, Lagoão, Liberato Salzano, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Montauri, Mormaco, Mucum, Muliterno, Não-me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Boa Vista do Sul, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Paulo Bento, Pontão, Ponte Preta, Putinga, Quatro Irmãos, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José do Herval, São Valentim, São Valentim do Sul, Sarandi, Segredo, Selbach, Serafina Correa, Sertão, Severiano de Almeida, Sobradinho, Soledade, Tapejara, Tapera, Tio Hugo, Três Arroios, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Tunas, União da Serra, Vanini, Viadutos, Victor Graeff, Vila Lângaro, Vila Maria.

Efemérides Passo-fundenses

Rol de fatos e datas importantes da história da Cidade e do Município

- **25 jan.1857.** Criação do Município de Passo Fundo. Lei Provincial nº 340. Sancionada pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho.
- **2 fev.1875.** Declarada de 1ª Entrância a Comarca de Passo Fundo. Decreto Imperial nº 5735.
- **2 fev.1950.** Criada em Passo Fundo a Sociedade Pró-Universidade - SPU.
- **3 fev.1857.** Portaria do Presidente da Província manda proceder as eleições para vereadores do Município de Passo Fundo a ser instalado.
- **8 fev.1898.** Inaugurado ramal férreo ligando Passo Fundo a Porto Alegre via Santa Maria da Boca do Monte.
- **10 abr.1891.** A vila de Passo Fundo é elevada à categoria de Cidade. Ato do Governador em exercício, dr. Fernando Abbott.
- **29 abr.1873.** Criada a Comarca de Passo Fundo. Lei Provincial nº 877.
- **5 ago.1834.** Passo Fundo constituído 4º Distrito do Município de Cruz Alta. Ato da Câmara Municipal.
- **5 ago.1834.** Capitão Joaquim Fagundes dos Reis investido no cargo de Juiz de Paz, autoridade máxima no distrito.

- **7 ago.1857.** Instalação da Câmara Municipal e posse dos Vereadores, solenidade que marca o início do Município de Passo Fundo na condição de unidade político-administrativa autônoma.
- **7 ago.1857.** Posse de Manoel José d'Araújo no cargo de Presidente da Câmara Municipal e chefe do Poder Executivo (prefeito municipal).
- **23 ago.1835.** Sagração da Capela da Nossa Senhora da Conceição, primeiro templo religioso oficial em território passofundense.
- **21 set. 1857.** Instalado na Vila o foro do Termo de Passo Fundo da Comarca de São Borja.
- **26 nov.1847.** A Capela é elevada à categoria de Freguesia pela Lei Provincial nº 99. Freguesia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo.
- **8 dez.1827.** Data referência da fundação da cidade de Passo Fundo por Manoel José das Neves, o "Cabo Neves".
- **25 dez.1632.** Padres da Companhia de Jesus, com apoio do Cacique Guaraé, fundam no futuro território passo-fundense a Missão Santa Thereza d'Avila.
- 25 dez.1637. Bandeirantes paulistas, chefiados por André Fernandes, conquistam a Redução jesuítica de Santa Thereza del Coriti. Estabelecem o Arraial Bandeirante do Ygaí, a primeira povoação luso-brasileira na área do futuro Município de Passo Fundo.

Povoadores de Passo Fundo

O termo "povoadores" é aqui utilizado para referir os habitantes que se fixaram no território formando o núcleo urbano e seu entorno regional donde resultou a cidade e o município de Passo Fundo. Esses povoadores estabeleceram-se por iniciativa própria a partir do final da terceira década do século XIX. Doutro modo, parte do primitivo município criado em 1857 recebeu "colonos", isto é, foi "colonizado". Diferentemente do "povoamento", a "colonização" é um processo dirigido de fixação rural de imigrantes e/ou de seus descendentes. Na área em foco a colonização foi executada diretamente pelo poder público estadual e por empresas privadas autorizadas e fiscalizadas por aquele. Teve início efetivo na década de 1910 e os "colonos" eram de origem europeia com predominância de italianos, alemães e poloneses. Com exceção dos judeus da ICA, boa parte desses "colonos" estava sendo realocada das "colônias velhas". Outra caraterística é que a maioria eram católicos, mas havia também luteranos e calvinistas (estes em menor número) e alguns poucos ortodoxos.

Todavia é necessário assinalar com clareza que o território em pauta já estava habitado, desde tempos imemoriais, quando da fixação dos primeiros povoadores e dos primeiros colonos. Convém destacar que a cerca de três mil anos quando os guarani ocuparam a área do atual Brasil Meridional aqui encontraram outras parcialidades, as quais foram aos pouco conquistadas ou assimiladas. O domínio guarani não chegou a ser absoluto do ponto de vista espacial, todavia na época da conquista do Planalto Médio pelos ibéricos (séc. XVII) a adoção da língua e dos costumes havia garantido a predominância linguístico-cultural guarani, ao menos nas áreas de campo. Isto permitiu à Companhia de Jesus estabelecer suas reduções no futuro território passo-fundense. Em

contraposição aos campos, onde preponderavam os Tupi-Guarani, representados pela parcialidade Tape, nos matos a hegemonia era dos Jê ou Tapuia, com destaque para as parcialidades Ibia, Ibiangara, Guaianá ou Guananá, representadas a partir do século XIX pelos Kaingáng (morador do mato ou dono do mato). Os jesuítas os denominaram "Pinaré", por habitarem regiões de pinhais, *Araucaria angustifolia*, e "Coroados", pelo corte de cabelo usado pelos homens, em forma de coroa.

Os jesuítas atraídos pelos ervais, Ilex paraguariensis, e valendo-se da docilidade do Tape estabeleceram, na década de 1630, reduções no Planalto Médio. A mais próxima da atual cidade de Passo Fundo foi a Redução de Santa Thereza d'Avila. Esta missão jesuítica foi oficialmente fundada no Natal de 1632 no local hoje conhecido como Povinho Velho no município de Mato Castelhano junto à divisa com o município de Passo Fundo. Na correspondência e relatórios dos padres jesuítas o lugar é designado Igairi-Apipe, nascentes do Igaí, Rio Jacuí. Em 22 de março de 1633 o Padre Francisco Ximenes iniciou a transmigração do Povo do Igairi-Apipe a jusante, lugar mais tarde denominado Rincão do Pessegueiro, no atual distrito do Pulador. O principal motivo dessa mudança: a proximidade dos Ibiangara, senhores dos matos, indígenas hostis à presença dos padres espanhóis e amigos do bandeirantes preadores de índios domesticados. O território dos Ibiangara a partir de meados do século XVIII passou a ser denominado, Mato Castelhano, Campo do Meio e Mato Português.

A nova localização da Missão ficava afastada dos índios inimigos e fora da rota dos paulistas. Não obstante, na véspera do Natal de 1637, André Fernandes chegou a Santa Thereza comandando um grupo de bandeirantes. Ali encontrou 4.000 índios catequizados, mais de 500 cabeças de gado vacum, além de suínos e caprinos. Mandou embora os padres Ximenes e Salas acompanhados por dois índios que escolheram. Fernandes

converteu a Redução em arraial bandeirante sob a denominação de Igaí. Um posto fixo de descanso e abastecimento das bandeiras. Os índios não enviados cativos para a Capitania de São Paulo, foram mantidos no arraial. A paliçada foi reforçada. Nos arredores foram preservadas as lavouras e a criação de gado. André Fernandes permaneceu durante quatro anos. Quando se retirou deixou seu filho Francisco administrando o entreposto. Francisco Fernandes de Oliveira, padre jesuíta, ordenado algum tempo antes em Assunção, Paraguai, permaneceu vários anos na direção do arraial.

Até 1669, portanto por mais de 30 anos, o arraial do Igaí serviu de base operacional para os paulistas que se dirigiam às Missões meridionais, de início na preação de indígenas, depois na caça ao gado das estâncias jesuíticas que se havia asselvajado, gado chimarrão. Na década de 1670 o entreposto perdeu importância, sendo gradativamente abandonado. Em 1687, meio século após terem perdido Santa Thereza, os jesuítas espanhóis retornaram à região. Não criaram nenhuma missão catequética. Desta vez seus objetivos eram apenas econômicos. Estabeleceram uma guarda guaranítica armada na entrada dos matos, onde em 1632 haviam fundado a redução do Igairi-Apipe. A guarda, encarregada de vigiar os "fundos da vacaria", foi colocada sob a proteção de Santa Thereza d'Avila. O lugar ficou conhecido pelas denominações de Povinho da Entrada e Capão da Guarda. No passo do Rio da Várzea, no atual distrito do Pulador, os jesuítas montaram um carijo para produção de erva-mate. Foi edificada uma capela e destacada uma guarda guaranítica armada. Este carijo dos jesuítas foi o primeiro estabelecimento industrial em terras passofundenses. Do carijo restaram vestígios até a década de 1960.

No século XVIII, resultado da mestiçagem entre indígenas locais, mamelucos e índios Tupi abandonados pelas bandeiras, descendentes de indígenas de antigos aldeamentos jesuíticos, elementos marginais de diferentes quadrantes, consolidou-se uma

população seminômade de caboclos dedicados à coirama (abate de gado chucro para retirada do couro, sebo, chifre, cerdas) e à atividade ervateira, aliando habilidades e costumes indígenas e ibéricos. A miscigenação cabocla teve, como é natural, repercussão no falar, uma fala dialetal produto da mistura do Português e do Castelhano com palavras e expressões do Jê-Tapuia e do Tupi-Guarani, além de termos comuns ao Quíchua e ao Aimará, línguas faladas pelos indígenas andinos.

Esse mestiço típico da região ervateira, extrativista, seminômade, andarengo, "índio vago", caboclo base da formação do gaúcho serrano, ademais de coureiro e ervateiro foi agricultor, cultivava mandioca, milho, feijão, batata, agricultura incipiente de breves períodos de sedentarismo. Esse caboclo, tal como o índio, foi um desbravador, um pioneiro. O índio e o caboclo, sem o saberem, prepararam o terreno para o povoador luso-brasileiro e para o colono europeu. Ambos, o índio e o caboclo, foram desapossados de suas terras. Permanecem desconhecidos ou menosprezados na maioria dos estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região norte do Rio Grande do Sul.

Passo Fundo das Missões

As terras passo-fundenses, nos séculos XVII e XVIII, constituíram-se em território missioneiro. Ainda no século XIX, até a emancipação municipal em 1857, a área era referida como missioneira. Note-se que desde o início do século não havia missões (reduções de indígenas) no hoje estado do Rio Grande do Sul. Em 1767 os padres jesuítas haviam sido expulsos e os povoados por eles criados entregues a administradores civis subordinados a Buenos Aires e a ordens religiosas não-jesuítas. Em 1801 a região missioneira rio-grandense fora definitivamente integrada ao domínio luso-brasileiro. Não obstante em 1840, durante a guerra civil farroupilha, ao transitar por Passo Fundo, Giuseppe Garibaldi anotou, conforme consta de suas Memórias: "Tendo passado os matos atravessamos a povoação das Missões."

A povoação das missões, referida pelo guerrilheiro italiano, é a atual cidade de Passo Fundo em seus primórdios. Tal referência deveu-se à memória da missão catequética jesuíta que existira entre 1632 e 1637. Na região hoje denominada Planalto Médio a Companhia de Jesus estabeleceu entre os anos de 1626 e 1637 alguns de seus postos avançados. Em 1632, após a visita dos padres Romero e Mola, foi fundada na véspera do Natal a Redução de Santa Thereza do Ygaí, também denominada "dos Pinhais". Para tal, os jesuítas espanhóis contaram com o apoio do Cacique Guaraé. Este era um índio Tape, inimigo dos Kaingáng que dominavam o Mato Castelhano. Guaraé mantinha relações com caciques de áreas jesuíticas, sua aliança com os padres deve haver sido motivada pela intenção de buscar ajudar para enfrentar seus vizinhos Kaingáng. A missão foi estabelecida junto às nascentes do Rio Jacuí, Ygaíri-Apipe, na atual divisa entre os municípios de Passo Fundo e Mato Castelhano.

É considerado fundador o seu primeiro vigário. Padre Francisco Ximenes. Este chegou, vindo de São Carlos do Caapi (no atual município de Carazinho), em março de 1633. De imediato, desconsiderando o acordo entre Romero e Guaraé, transferiu a redução para o lugar que ficou conhecido como Rincão do Pessegueiro, "Durasnal". Para contrariedade e decepção do cacique, além dos Tape que estavam no Ygaíri-Apipe, Ximenes transferiu para a nova aldeia Ibiangaras de Guaporé (atual município do mesmo nome). Nesse novo local a redução, cujo orago era a freira espanhola conhecida como Santa Thereza d'Avila, funcionou até o Natal de 1637.

À véspera daquela festa, aproveitando que os padres haviam reunido todos os catecúmenos da região, chegou o paulista André Fernandes com um destacamento da bandeira de Raposo Tavares. De acordo com os relatórios da Companhia, ali os bandeirantes encontraram mais de quatro mil índios, mais de 500 cabecas de gado vacum, além de suínos e caprinos. Fernandes mandou embora o Pe. Ximenes e o coadjutor Pe. Salas, porém permitiu que escolhessem dois índios para os acompanhar. Transformou a aldeia iesuítica no arraial bandeirante do Igaí. Base operacional usada pelos paulistas durante 32 anos.

Em 1687 os jesuítas retornaram às futuras terras passofundenses. Não para reduzir silvícolas, mas para explorar a vacaria implantada meio século antes e os ervais nativos. Para o efeito montaram um carijo de erva-mate junto ao passo do Rio da Várzea. no atual distrito do Pulador. Na orla do Mato Castelhano, onde em 1632 havia sido fundada a Missão, fixaram uma guarda armada. O lugar mais tarde veio a ser conhecido como Povinho Velho ou Povinho da Entrada. Foram construídos alojamentos e uma capela. A guarda estava encarregada de vigiar "os fundos da vacaria dos pinhais". A vacaria era um rebanho de vinte mil vacas, apenas contadas as matrizes. Os inacianos mantiveram suas atividades extrativistas e pastoris na região até meados do século XVIII.

André Fernandes

O primeiro núcleo urbano brasileiro em terras passofundenses, o Arraial Bandeirante do Igaí, foi fundado em 1637 pelo
paulista André Fernandes. Na véspera do Natal, ao comando de um
grupamento da bandeira de Antônio Raposo Tavares, chegou à
redução jesuítica existente há cinco anos nos arredores da atual
cidade de Passo Fundo. Tendo em vista a posição estratégica
ocupada pela aldeia criada pelos padres da Companhia não a
destruiu. Converteu a Redução de Santa Thereza d'Avila em posto
fixo das bandeiras. O objetivo seria o de garantir a posse da terra e
constituir uma base operacional na rota de preação de guaranis
missioneiros. Os dois sacerdotes dirigentes da missão, Ximenes e
Salas, foram mandados embora. Parte dos indígenas reduzidos
foram enviados para São Paulo e São Vicente na condição de
cativos, outra parte foi mantida no arraial.

O arraial bandeirante, ou povoado de índios como a ele referiu-se um cronista, foi guarnecido de paliçada e fortim para defesa. Nos arredores foram preservadas as lavouras e a criação de gado. Nesse aldeamento as bandeiras abasteciam-se não só de mantimentos, mas também de pólvora, produto fundamental na atividade que exerciam.

André Fernandes dirigiu o arraial do Igaí (atual Jacuí) nos quatro primeiros anos. Ao retirar-se encarregou da administração seu filho Francisco, padre jesuíta ordenado anos antes em Assunção, Paraguai. O Padre Francisco Fernandes de Oliveira permaneceu vários anos dirigindo o povoado bandeirante. Até 1669, isto é, por mais de 30 anos, o entreposto manteve-se em plena

atividade. Contudo ainda no início da década de 1680 serviu de ponto de apoio em uma das rotas da Colônia do Sacramento.

A relativa longa duração do Arraial do Igaí valeu em 1895 de argumento em favor do Brasil na Questão das Missões. Arbitrada pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, a causa brasileira sobrepujou a tese argentina.

Cabe a interrogação, quem era esse bandeirante que tanto contribuiu para integrar ao território brasileiro as terras onde mais tarde surgiria Passo Fundo?

Os dados de sua biografia são escassos. Sabe-se que era paulista de nascimento, filho de Manuel Fernandes Ramos e Suzana Dias. Ele e seus irmãos, Baltasar e Domingos, notabilizaram-se como "fundadores de cidades", Domingos fundou Itu, Baltasar, Sorocaba e com André, a cidade de Parnaíba, em fins do século XVII. Casado com Antônia de Oliveira, com quem teve um único filho, o já citado jesuíta. Padre Francisco além de capelão de bandeiras e administrador do Arraial do Igaí, foi durante muitos anos vigário de Parnaíba. Fora do casamento André Fernandes teve mais seis filhos, todos reconhecidos. Dentre eles Jorge Fernandes que com o pai e o tio Baltasar participou, em 1637, da bandeira de Raposo Tavares.

André Fernandes era proprietário de terras e de muitos escravos indígenas. A administração das propriedades, quando de suas frequentes e prolongadas ausências, era assumida pela sua mulher.

Além da preia de indígenas fez várias expedições ao sertão em busca de metais e pedras preciosas. O posto de comandante de destacamento na bandeira de Raposo, provavelmente, tenha assumido em consequência da morte do capitão Francisco Bueno. Não obstante o empenho dos Fernandes, pai e filho, o povoado do

Igaí desapareceu antes do final do século XVII, por haver perdido sua função.

Apenas no segundo quartel do século XIX, por iniciativa de outro paulista, o Cabo Neves, um novo núcleo populacional fixo dará origem à atual cidade de Passo Fundo. Todavia a contribuição de André Fernandes para que a área se tornasse solo brasileiro é inestimável. Neste sentido os bandeirantes foram os precursores dos birivas.

Como ficou explícito, ocorreu sequência entre o estabelecimento jesuítico criado em 1632 e o arraial bandeirante em 1637. Tendo desaparecido no início da década de 1680 é fácil entender que com um hiato em torno de 150 anos perderam-se todas as possíveis ligações entre o primeiro núcleo populacional luso-brasileiro fundado por André Fernandes e o núcleo urbano brasileiro fundado em 1827 por Manoel José das Neves.

Birivas, Tropeiros, Milicianos

Ao longo de mais de cem anos o negócio do gado selvagem, de cavalos e de muares animou a ligação das vacarias sulinas ao Sudeste e Centro-Oeste luso-brasileiro, porém, só a partir do início do século XIX o comércio de mulas, paulatinamente, tornou-se atividade importante. As mulas eram criadas na mesopotâmia argentina (atual Província de Entre Rios) ou nos campos da Banda Oriental (atual República do Uruguai). No final da segunda década do séc. XIX, como alternativa às rotas litorâneas, começa a ser usada a rota interior. Partindo de São Borja, passava pelas atuais cidades de Cruz Alta, Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Bom Jesus. Penetrava no atual estado de Santa Catarina onde na região de Lages encontrava as rotas que demandavam a Feira de Sorocaba e outros centros de comercialização de mulas. O trecho entre Passo Fundo e Lagoa Vermelha, dominado pelos índios Kaingáng, era o mais perigoso.

O primeiro a percorrer o citado trajeto com uma tropa teria sido o paulista João José de Barros. Considerado um dos maiores negociantes de muares da época optou, no ano de 1819, por usar o caminho percorrido, em sentido inverso, em 1785 por Cristóvão Pereira de Abreu, que o denominara "caminho das Missões", e em 1816 por Athanagildo Pinto Martins, alferes de milícias, que o batizara "vereda das Missões". Mais tarde conhecido como "caminho dos paulistas", a rota de Barros era o antigo Caapi (caminho dos matos) dos indígenas, trilhado por jesuítas e bandeirantes, hoje BR-285. Ao longo dessa estrada foram distribuídas terras a oficiais

milicianos e a negociantes para formarem fazendas de criar e de apoio à atividade tropeira.

Esta rota tropeira, além de ser mais curta, oferecia a vantagem de atravessar a zona dos ervais nativos, possibilitando aos menos aquinhoados, não possuidores de capital suficiente para adquirir tropa de mulas, nem montar fazendas, a alternativa de improvisar carijos onde produziam erva-mate usada como moeda de troca na compra de muares, a serem comercializados em Sorocaba. Era o ciclo erva-mula-capital. Nessa faina biriva os mais pobres associavam-se aos remediados na condição de capatazes ou simples agregados. Destarte resultou o deslocamento de muitos paulistas, principalmente, os dos chamados "campos gerais de Curitiba" (no atual estado do Paraná) para o Sul, inicialmente com fixação temporária enquanto produziam erva. Na sequência traziam a família, fixavam-se em definitivo, e prosseguiam na atividade tropeira e ervateira. Alguns oficiais milicianos subalternos e alguns pequenos negociantes também receberam concessões de terras para virem estabelecer fazendas ao longo da estrada tropeira.

O trabalho pesado era feito por índios aculturados, por caboclos, por afrodescendentes, escravos e libertos. Dessa interação entre birivas e milicianos curitibanos de um lado e de outro gaúchos pobres e peões de diferentes origens resultou uma população "pelo duro" altamente miscigenada povoando o Planalto Médio.

Passo Fundo no ano da Independência

Em 1822, ano da Proclamação da Independência, na região onde veio formar-se a cidade e o município de Passo Fundo ainda não havia moradores fixos. O território estava habitado por índios, a maioria de etnia Kaingáng, e por caboclos, em geral, descendentes de mamelucos bandeirantes. Os indígenas e os caboclos, entre os quais era significativa a miscigenação, levavam uma vida nômade ou seminômade não se constituindo, por óbvio, em habitantes fixos. De igual forma os tropeiros-ervateiros que desde o final da década de 1810 percorriam a região, ora em busca da erva-mate, ora conduzindo tropas da fronteira para as feiras paulistas, ainda não haviam se fixado.

Na terminologia da época era considerado "morador" apenas o luso-brasileiro cabeça de casal proprietário. Assim escrever, como alguns escrevem: "o Cabo Neves foi o primeiro morador branco", é pleonasmo, senão fosse considerado "branco" não seria "morador". Os demais eram tão somente "habitantes". Apenas os indígenas aculturados eram contados como "habitantes". Destarte atualmente muitos afirmam, por ignorância ou por má intensão, que na região de Passo Fundo "não havia índios" quando os primeiros "brancos" chegaram e se apossaram das terras.

A primeira notícia de luso-brasileiros transitando, no século XIX, pelas terras que seriam passo-fundenses é a do Alferes Athanagildo Pinto Martins, da milícia de cavalaria de Curitiba. O Alferes estava no comando de uma "expedição", formada por índios e soldados, guiada pelo cacique Jonjong. Em 1816 no cumprimento de ordens superiores fez o reconhecimento militar do trajeto Campo do Meio a São Borja. A rota, denominada "Vereda das Missões", foi

usada na década de 1820 pelos regimentos paulistas que intervieram na Cisplatina. Em 1819 o paulista João José de Barros, importante negociante de mulas, atravessou a área com uma tropa adquirida na fronteira meridional. Em 1821 Barros fixou-se em Cruz Alta, é considerado o fundador da cidade. O antigo Caapi (caminho dos matos), de fato trilhas indígenas, que também fora usado por jesuítas e bandeirantes, foi aos poucos transformando-se em "caminho dos paulistas", a estrada tropeira ligando a fronteira sulina às feiras paulistas.

Segundo o historiador Antonino Xavier o seu bisavô Manoel Francisco Xavier e seu avô Francisco Xavier de Castro, usando essa via, frequentaram a atual região do Planalto Médio durante a década de 1820. Afirma, inclusive, que seu bisavô e seu avô, este com onze anos de idade, estiveram no local onde hoje está a cidade de Passo Fundo justamente no ano de 1822.

De acordo com o relato de Francisco Xavier de Castro, no início da década de 1820 em todo o percurso onde hoje localizam-se Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho e Santa Bárbara do Sul não havia "nenhum morador permanente da raça branca". Xavier de Castro também informou que ao retornarem da fronteira conduzindo uma tropa de mulas encontraram os primeiros moradores recém chegados da Província de São Paulo. Nomeou três, Alferes Rodrigo Félix Martins, em Pinheiro Marcado, Alexandre da Motta, próximo ao atual Pulador e Bernardo Paes de Proença, no Rincão do Pessegueiro. Corria então o ano de 1827. Esses foram os primeiros agraciados com concessões de posse na região. Algumas dessas concessões datam de 1824. Todavia, a fixação e posse efetiva só se deu, conforme o testemunho do então jovem biriva, Francisco Xavier de Castro, em 1827. Nos anos seguintes houve mais fixações, predominaram milicianos e negociantes vindos da Comarca de Curitiba. Isto desfaz invencionices de "patriarcas" estabelecidos com fazendas de criar em 1824. Na verdade, resultado das concessões de glebas de terra, no final da década surgirão na área, em restritas áreas de campo limitadas por matas, várias pequenas fazendas. Fazendolas promovidas a "estâncias" pela pena de alguns escritores, mais românticos que historiadores objetivos!

Note-se que na oportunidade da excursão tropeira-ervateira de Manoel Francisco Xavier, a qual deve ter durado cerca de sete anos, o Cabo Neves ainda não havia chegado e fundado a cidade de Passo Fundo. Fato ocorrido no final do ano de 1827.

Manoel José das Neves

Decorrida uma década da passagem do tropeiro João José de Barros um miliciano vindo de São Borja funda a cidade de Passo Fundo. Manoel José das Neves, paulista nascido por volta de 1790 em São José dos Pinhais, na então Comarca de Curitiba. Sendo de origem humilde engajou como soldado na Milícia, regimento de cavalaria. Enviada para o sul a unidade curitibana, foi reconvertida, em função de organização do Exercito Brasileiro, em Regimento de Cavalaria Ligeira, integrante da 2ª linha, e aquartelada em São Borja. Conhecida como "regimento dos paulistas" foi deslocada para a Cisplatina onde participou do combate do Rincão das Galinhas, em 24 de setembro de 1825. Lá os brasileiros foram derrotados. O soldado Neves, gravemente ferido, foi recolhido ao quartel de São Borja. Recuperado dos ferimentos, mas com uma profunda cicatriz na cabeça que o acompanhou pelo resto da vida, foi promovido a Cabo, por ato de bravura, e dispensado do serviço militar.

Em dezembro de 1827, acompanhado da esposa Reginalda da Silva e demais família, agregados, escravos e algum gado, chegou e arranchou-se à beira do caminho das tropas junto à nascente do Goiexim, local hoje conhecido como Chafariz da Mãe Preta. A seguir construiu sua morada no alto da coxilha, provavelmente no terreno hoje leito da Rua Paissandu entre as ruas Teixeira Soares e XV de Novembro, junto à Praça Tamandaré. Pouso obrigatório de tropeiros e caravaneiros o lugar escolhido pelo Cabo Neves tornou-se uma povoação de birivas, caboclos, índios aculturados, negros escravos e libertos. Mais tarde chegou gente vinda das bandas do Rio da Prata, emigrantes europeus e gringos das "colônias velhas", quase todos alemães e italianos. O casario, ranchos e algumas casas de pedra, foi se estendendo ao longo do

caminho para ambos os lados da fonte onde nascia o Goiexim. As tropas faziam pouso em um rincão denominado Boqueirão.

O Cabo Neves não era tropeiro e sim um militar desmobilizado cuja principal atividade foi a prestação de serviços a tropeiros e caravaneiros. Em documentos oficiais é qualificado "vive de avios de negócios", "vive de seus negócios de animais". Em 30 de novembro de 1831 conseguiu legalizar sua posse ao receber da Comandância Militar de São Borja a concessão de "uma gleba de terras de quatro léguas quadradas no Alto Uruguai". Algo muito impreciso. Entrementes foi nesse chão concedido ao paulista Manuel José das Neves que teve origem a atual cidade Passo Fundo. Quando faleceu, em 1853, a sede de sua "pequena fazenda pastoril e agrícola" já era sede do 4º distrito de Cruz Alta e da Freguesia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo.

Em vida Manoel José das Neves além de suas atividades de hospedeiro e negociante de animais foi Oficial de Justiça e Capitão da Guarda Nacional. Em 1834 quando Passo Fundo foi elevado à categoria de distrito o Cabo Neves, apesar de ser semianalfabeto, foi nomeado Oficial de Justiça. Em 1835 teve início a guerra civil, o antigo soldado de milícia engajou-se na Guarda Nacional no posto de Alferes, logo foi promovido a Capitão, comandante do destacamento passo-fundense encarregado de combater os rebeldes farroupilhas. Com o seu xará, Capitão Manoel José d'Araújo integrou as fileiras da Leal Divisão Cruz-Altense.

Após ter a posse legalizada, em 1831, o casal Neves sendo concessionário da área da povoação que se iniciava com cerca de dez moradores, para obter a oficialização, conforme a legislação da época, obrigou-se a doar uma parte de suas terras para a Igreja Católica.

Origem da Cidade de Passo Fundo

A cidade de Passo Fundo, a rigor, não foi fundada. Ao menos no sentido de uma fundação formal, intencional. Nasceu guaxa no meio da capoeira à beira de uma estrada de tropas e de caravanas.

O renomado urbanista Francisco Riopardense de Macedo afirma: "São poucas as cidades que mereceram um ato formal de fundação, executado desde o início do povoamento, com todas as cerimônias e preocupações do estilo. Porto Alegre não está entre elas." Deve-se acrescentar, Passo Fundo também não está entre elas. Contudo Passo Fundo está melhor em relação a sua origem. Porto Alegre, não se sabe quem a fundou, nem quando.

No caso de Passo Fundo sabemos que no mês de dezembro de 1827 chegou, ao lugar onde hoje se ergue a cidade, Manoel José das Neves, o Cabo Neves, acompanhado da esposa Reginalda da Silva, demais família, agregados, escravos e algum gado. Por conta e risco ocupou a área de terra, que certamente conhecia, onde pretendia apenas "fundar uma modesta fazenda agro-pastoril". Inicialmente arrancharam-se ao largo da fonte d'água, nominada pelos índios Kaingáng Goiexim, hoje Chafariz da Mãe Preta. Somente em 30 de novembro de 1831, após quatro anos de posse efetiva, obteve a legalização. A Comandância Militar da Fronteira com sede em São Borja, a pedido do interessado, fez a Concessão de Posse de "uma gleba de terras de quatro léguas quadradas, no Alto Uruguai". Algo muito impreciso.

A esse tempo o Cabo Neves havia construído sua morada próximo à atual Praça Tamandaré, no leito da atual Rua Paissandu, com frente para a Teixeira Soares e fundo para a XV de Novembro. Nas proximidades agregados, escravos e recém chegados construíra seus ranchos. Destarte nasceu uma incipiente povoação,

sem padrinho, sem madrinha, sem documento. Assim surgiu o núcleo urbano inicial. Junto à Praça Tamandaré e no trecho da Avenida Brasil, entre a XV de Novembro e a 10 de Abril, na época estrada das tropas, nasceu a cidade de Passo Fundo, o Cabo Neves foi o Fundador.

A data da fundação? A data da chegada do Cabo e sua gente. Não há registro documental nenhum, todavia sabe-se que deve ter sido no final do ano de 1827. Sendo Nossa Senhora da Conceição a escolhida para orago da "modesta fazenda" e conhecendo-se a tradição portuguesa de nominar com o Santo ou Santa do dia, é fácil concluir que o evento ocorreu no dia 8 de dezembro ou em dia próximo.

Pouso obrigatório de tropeiros, ervateiros e viajantes, o lugar tornou-se um povoado de birivas, caboclos, índios aculturados, negros escravos e libertos. Mais tarde chegou gente vinda das bandas do Rio da Prata, imigrantes europeus e gringos das "colônias velhas", italianos, alemães. O casario foi se estendendo ao longo do "caminho dos paulistas", de ambos os lados da fonte Goiexim. Ali perto ficava o "boqueirão", lugar bom para o pernoite das tropas que da fronteira seguiam no rumo das feiras paulistas. Outra razão era a boa aguada formada por dois córregos que corriam do lado norte da estrada, mais tarde foram denominados "do Chafariz" e "Lava-Pés". Deve-se salientar que na formação do povoado que veio a ser a atual Capital do Planalto, muito se deve à iniciativa do Cabo Neves. Sendo homem de negócios buscou atrair outros moradores, com os quais formou o núcleo urbano inicial. Uma atitude bem diferente dos demais concessionários de terras na região, os quais formaram suas fazendas, áreas privadas onde só admitiam a presença de seus familiares, seus agregados, seus escravos e, eventualmente, alguns changueiros. Não obstante formou-se em relação a esses fazendeiros o mito de patriarcas da região. Uns "patriarcas" que não só não fundaram nenhuma cidade, como durante muito tempo impediram que tal ocorresse.

Cabo Neves, o Fundador

A biografia do Cabo Neves é mal e parcamente conhecida. Sabe-se o nome completo, Manoel José das Neves, e o local de nascimento, São José dos Pinhais, Comarca de Curitiba, Capitania de São Paulo. Não se sabe ao certo o ano do nascimento, nem o de morte. Supõe-se haver nascido por volta de 1790. Em depoimento prestado em 11 de junho de 1835 afirmou ter 48 anos de idade. portanto teria nascido em 1787. Não existe certeza a propósito do ano de falecimento. Teria falecido em 1853, pois em ação perante o Juiz de Paz, datada de 29 de setembro daquele ano, a esposa Reginalda da Silva está qualificada como viúva. Aliás, Reginalda da Silva, natural da Lapa, na então Capitania de São Paulo, em alguns registros é citada como Reginalda do Nascimento Rocha. Quanto ao número de filhos e filhas do casal, e respetivos nomes, existem dúvidas e controvérsias. Uma das filhas, Maria do Nascimento Neves ou Maria da Rocha Neves, casou-se com José Ferreira Prestes Guimarães e passou a assinar Maria da Rocha Prestes. Seu nome ficou constando de registros por ser mãe de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, nascido em 13 de junho de 1837.

Em data incerta e não sabida, porém, próxima do dia 8 de dezembro de 1827, o Cabo Neves e Reginalda, com filhos, escravos, agregados e algum gado chegaram ao lugar onde hoje ergue-se a cidade de Passo Fundo. A intensão era dar início a uma fazenda agrícola e pastoril. Sem querer fundaram uma cidade. É bem provável que o Cabo Neves conhecesse o local, pois situado no caminho, a "vereda das missões", percorrido pelo Regimento de Cavalaria da Milícia, no qual estava engajado como simples soldado raso, quando do deslocamento no rumo de São Borja. Gravemente ferido no combate do Rincão das Galinhas, inutilizado para seguir na vida militar, promovido honorariamente a Cabo, por ato de bravura,

fez o caminho inverso até o ponto onde por conta e risco ocupou uma porção de terreno.

Após cerca de três anos de posse efetiva requereu e obteve da Comandância Militar da Fronteira, sediada em São Borja, a Concessão de Posse. A área outorgada em 30 de novembro de 1831 constou de forma muito imprecisa "uma gleba de terras de quatro léguas quadradas, no Alto Uruguai". Quatro léguas quadradas corresponderia a cerca de 349 hectares ou quase três e meio milhões de metros quadrados. Depois de obter a legalização da posse o passo seguinte foi a doação de área de terras para a Igreja Católica e edificação do templo religioso. Condições exigidas para obter a oficialização do "povo começado", já então com cerca de dez moradores. Orientado pelo Inspetor do quarteirão, Capitão Fagundes dos Reis, foi prometida a doação e feito o pedido de licença para a construção do templo. No dia 23 de agosto de 1835 a Capela foi consagrada. Imagina-se que a autorização para tal ato religioso foi expedida pela autoridade eclesiástica, Bispado do Rio de Janeiro, baseado na promessa de doação feita pelo casal Neves.

Decorridos 50 anos da referida promessa o Major Prestes Guimarães, neto do casal, Presidente da Câmara Municipal e Chefe do Executivo no período 1882-1886, encontrou maneira de formalizar a doação indocumentada. Obteve de sua mãe Maria da Rocha Prestes, na época ausente de Passo Fundo, documento no qual declarava saber que seus pais haviam doado em nome de Nossa Senhora da Conceição a área onde fora construído o templo religioso dedicado àquela santa. Mais, outorgava ao seu filho Antônio Ferreira Prestes Guimarães o direito de representa-la na lavratura da Escritura Pública de doação. Em 11 de novembro de 1884 ocorreu a formalização perante o Oficial de Notas da Comarca. Destarte a Mitra Diocesana tornou-se proprietária do lote de terreno de três mil metros quadrados no centro da atual cidade, porém na época fora do perímetro urbano da Vila. Esse documento é

reconhecimento público e oficial da posse legítima, em nome do Cabo Neves, das terras que deram origem à cidade de Passo Fundo.

Não apenas os principais dados biográficos do fundador da cidade foram perdidos. Seus ossos, seus restos mortais, também foram perdidos. Quando faleceu foi sepultado no cemitério ao lado Capela. Em 1902 o cemitério, foi desativado. O que restava do Cabo Neves teria sido transladado para o Cemitério Municipal "Vera Cruz". Porém, se tal aconteceu, com o passar do tempo, por abandono, a sepultura foi desativada, os restos mortais perdidos.

Às vésperas do 1º Centenário da emancipação políticoadministrativa do Município o Instituto Histórico de Passo Fundo encarregou-se de sepultar o que restava de memória sobre o Cabo Neves. O IHPF escolheu, arbitrariamente e à revelia dos fatos históricos, um capitão do Exército para ocupar o cargo de fundador de Passo Fundo. Contra Manoel José das Neves pesavam dois "pecados", o de ser um reles Cabo de Milícias e o de haver combatido em armas os rebeldes Farroupilhas.

Combate do Rinção das Galinhas

O engajamento de Manoel José das Neves na Milícia e o evento de no Rincão das Galinhas são fundamentais para entender a fundação da cidade de Passo Fundo. Não que se não fosse o Cabo Neves a cidade não houvesse sido fundada onde o foi. O local, junto à estrada das tropas, à conveniente distância do passo do Rio Passo Fundo e dos matos dominados pelos índios Kaingáng, era circunstância impositiva. Poderia haver sido um outro miliciano ou um biriva, antes ou depois do Cabo Neves.

Porém o fato, a História trabalha com fatos não com suposições, é que sendo pessoa de origem humilde uma das alternativas era engajar-se na Milícia. Foi o que Manoel fez. cavalaria em que sentou praça deslocou-se da Comarca de Curitiba para а fronteira meridional, possivelmente. logo Independência do Brasil. O referido deslocamento foi feito pela "vereda das missões", rota explorada em 1816 pelo Alferes Athanagildo Pinto Martins com objetivo militar. Fica óbvio que nesta marcha o cavalariano Neves conheceu o lugar onde em 1827 resolveu, por conta própria, fixar-se. Pelo decreto de 1º de dezembro de 1824, determinando organização do Exército brasileiro, o regimento curitibano, e outros regimentos integrantes da tropa de 2ª linha, foi reconvertido em Regimento de Cavalaria Ligeira permanecendo aquartelado em São Borja. Foi nas fileiras dessa unidade, também conhecida como "regimento dos paulistas" que o soldado Neves participou da Guerra Cisplatina e do combate do Rinção das Galinhas.

A atual República Oriental do Uruguai, na época conhecida como "banda oriental", foi integrada em 1821 ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves como Capitania Cisplatina. Com a Independência tornou-se uma das dezenove Províncias do Império. Em 19 de abril de 1825, com o apoio de Buenos Aires, rebelou-se dando início à Guerra Cisplatina. Em 24 de setembro de 1825 deuse o Combate do Rinção das Galinhas.

O combate que historiadores uruguaios citam como "batalha" feriu-se na área onde os rios Uruguai e Negro confluem formando um "canto oculto", um "rincão", uma "parte de campo protegido". Neste caso específico há penhascos que reforçam a proteção, além de terrenos pantanosos, "banhados" no lado "aberto", oposto à confluência. Locais assim limitados por acidentes naturais, num tempo em que não havia como cercar seja com alambrados, seja por outros meios, eram grandemente apreciados para criação de bovinos ou equinos. Os penhascos sendo habitados por galináceos autóctones, as "pavas del monte", originou a denominação de "Rincón de las Gallinas". O lugar figura como "Rincón de Haedo", nome do antigo proprietário da estância que ali existiu. Quando iniciou-se o conflito da Cisplatina ali pastavam arrinconados mais de oito mil cavalos, um incalculável tesouro para qualquer uma das forças beligerantes. Além de ser uma fortuna para os oficiais que participassem do butim de guerra.

Sabendo que uma tropa brasileira dirigia-se para o Rinção a fim de potrear, 250 soldados orientais, ao comando do coronel José Fructuoso Rivera, transpuseram usando canoas o Rio Negro no Paso del Vera. Isto ocorreu no dia 23 de setembro. A patrulha brasileira que guardava a cavalhada foi feita prisioneira. No dia seguinte, quando um contingente de 700 militares aproximou-se, Rivera enviou ao encontro um piquete de 40 fuzileiros que de pronto perseguido, simulou fuga. Conhecedores do terreno executaram várias manobras conduzindo os perseguidoras para dentro do pântano. Literalmente a tropa brasileira foi pro brejo. Disso valeu-se Don Frutos para infligir fragorosa derrota aos comandados pelos coronéis Menna Barreto e Gomes Jardim.

Na historiografia brasileira (inclusive militar) o combate do Rincão das Galinhas é quase ausente, quando figura é de modo acanhado e confuso. Pelo que consta o fracasso começou pela disputa entre os coronéis Menna e Jardim. Este ficou com o comando por ser mais idoso, Menna tinha apenas 27 anos de idade. Havia muito dissenso entre a oficialidade na disputa por postos mais bem remunerados. Toda a tropa brasileira era formada por Cavalaria de 2ª linha. Jardim escolheu para fazer a vanguarda um regimento de gaúchos, 190 cavalarianos, por serem mais experientes e mais audazes que os paulistas. O regimento paulista com 230 cavalarianos, entre os quais certamente o soldado Neves, seguiu a uns mil passos atrás. Na retaguarda dois regimentos de índios guaranis missioneiros. Gaúchos e paulistas estavam armados com carabinas, os índios com lanças e punhais. Quando Rivera surgiu de chofre de espada em punho a frente de metade de seu contingente, em tática de guerrilha, a vanguarda brasileira recuou em desordem chocando-se com o outro regimento. Foram envolvidos pelo restante do contingente oriental. Os guaranis, quando se deram conta da enrascada em que haviam sido metidos, saquearam o trem de mantimentos e desertaram. Devem haver pensado, "são brancos, que se entendam!"

No combate pereceu lutando o coronel Menna Barreto e 15 oficiais. Entre mortos e prisioneiros as baixas brasileiras teriam sido em torno de 120 combatentes. Rivera em sua Parte destaca haver feito mais prisioneiros que o número de seu efetivo. Jardim retirouse para o Arapeí, à frente de 300 homens em condição de combate. O soldado Neves gravemente ferido foi recolhido à enfermaria do quartel em São Borja, salvou-se, mas ficou inútil para o serviço militar. Foi recompensado pela promoção a Cabo, por ato de

bravura. Tornou-se Cabo "honorário". Conservou pelo resto da vida profunda cicatriz na cabeça e o título "Cabo Neves".

Antonino Xavier e Delma Rosendo Ghem cometem grave equívoco ao escreverem que Manoel José das Neves teria sido ferido na Batalha do Passo do Rosário. Se assim fosse ele não teria alcançado chegar a Passo Fundo no final de 1827, nem no início de 1828. A batalha ocorreu às margens do Riacho Ituzaingó no dia 27 de fevereiro de 1827. Mais um fracasso das armas brasileiras. Os feridos graves foram recolhidos à enfermaria do quartel de São Gabriel.

Qual seria a causa dessa confusão entre Passo do Rosário e Rincão das Galinhas? Uma causa é que a batalha, ferida em território brasileiro às margens do Riacho Ituzaingó, nominada "do Passo do Rosário" foi bem historiada. Diferentemente o combate do Rincão das Galinhas, ocorrido em território uruguaio, é quase ausente na historiografia brasileira. Outra causa é haver o Cel. Gomes Jardim participado da batalha de 27 de fevereiro de 1827 comandando os que conseguiram escapar do Rincão "sãos de lombo", isto é, em condições de prosseguir na vida militar. Mas há a questão, muito frequente entre historiadores autodidatas, pouco afeitos à pesquisa objetiva, a opção pelo evento mais bonito, mais famoso. É mais "elegante" lutar e ser ferido no Passo do Rosário, do que no Rincão das Galinhas!

Comissário Fagundes dos Reis

Dando-se conta que junto à estrada muleira que demandava as feiras paulistas formava-se uma povoação no lugar onde os tropeiros costumavam estacionar, as autoridades encarregaram o Capitão Fagundes dos Reis do ordenamento da área. Em 1830, nomeado Comissário, Joaquim Fagundes dos Reis, capitão do Exército servindo desde 1828 na unidade sediada em Cruz Alta. chegou ao local ocupado pelo Cabo Neves desde 1827. A principal função do Comissário era a cobrança dos impostos devidos, principalmente pelos proprietários de tropas. Igualmente devia orientar os moradores, em especial Manoel José das Neves, na organização do "povo começado". O Cabo, que fora soldado de Milícia, havia ocupado uma gleba de terras, porém não havia legitimado a posse. Os demais moradores estavam por ali arranchados com a permissão precária do Cabo. Fagundes dos Reis foi a primeira autoridade nomeada por mandatários do Império do Brasil para localmente administrar as terras e as gentes passofundenses. Em 1833 foi promovido a Inspetor do guarteirão.

Joaquim, filho de Domingos Fagundes dos Reis e de Brigida Batista de Castilhos, nasceu em 17 de agosto de 1783 no termo da Vila de Curitiba, foi batizado em 21 de dezembro daquele ano na capela de Tamanduá. Foi casado em primeiras núpcias com Vicencia Pereira de Lima e em segundas com Emília Francisca de Borba.

Em 1834 Fagundes dos Reis foi eleito Juiz de Paz do distrito de Passo Fundo. No período da guerra civil de 1835-45, acusado de simpatizante da causa farroupilha, foi preso e mandado para as Cortes (Rio de Janeiro). Retornou a Passo Fundo em outubro de

1842. Estabeleceu-se, em terras herdadas da família Borba, com fazenda de criar e invernar junto ao caminho das tropas, a pouco mais de uma légua do passo quem vai na direção do Mato Castelhano. Como os índios Kaingáng haviam sido afastados daquele mato (ou exterminados) a fazenda tornou-se ponto de estacionamento e descanso de tropas. Dedicado aos negócios e à política o Capitão Fagundes dos Reis participou do processo de emancipação municipal em 1857. Foi eleito Vereador para a 1ª Legislatura da Câmara Municipal. Este o último cargo público que ocupou.

Faleceu a 23 de junho de 1863. Conforme uso entre os fazendeiros da época recebeu sepultura junto ao portão principal de sua propriedade. Em torno da cova formou-se um cemitério onde foi sepultada gente da fazenda e dos arredores. Em 1957, no âmbito dos festejos do 1º Centenário, a Municipalidade mandou aterrar o cemitério para dar lugar a monumento em honra a Fagundes dos Reis. Tal iniciativa fundamentou-se na decisão do Instituto Histórico de Passo Fundo que, em contradição com ao fatos históricos, proclamou o capitão do Exército "Fundador". O monumento, localizado à beira da BR-285, tem passado por longos períodos de abandono intercalados por breves momentos de restauração e conservação. Fagundes, é inegável, de 1830 a 1860, foi autoridade de primeira grandeza, foi o único oficial do Exército Imperial em Passo Fundo. Destacou-se como organizador do povoado, do distrito e do município. Entrementes daí a ser o fundador há uma grande distância.

Cabe destacar haver sido um dos raros letrados naqueles primórdios quando, via de regra, fazendeiros, negociantes e oficiais da Guarda Nacional eram semianalfabetos (imagine-se a peonada!). Existiu a tradição segundo a qual Fagundes dos Reis tinha por hábito registrar em um livro de notas os fatos acontecidos em Passo Fundo. Mas esse "registro do Fagundes" não foi encontrado.

Antonino Xavier, um dos que muito procurou o dito "protocolo", comenta em <u>Seara Velha</u>: "Houve quem me dissesse que esse livro fora consumido por alguém que, nele mencionado por fato desairoso, não queria aparecer chumbado à repreensão do austero cronista falecido".

Prova da cultura de Fagundes dos Reis são os vinte livros e dezenove folhetinhos que constam, relacionados e avaliados, do inventário datado de 16 de setembro de 1863. Entre os livros inventariados figuram: <u>História da Inquisição</u>, <u>Biblioteca Juvenil</u>, <u>História Sagrada</u>, <u>Moral dos Pedreiros Livres</u>.

Na guerra civil de 1893-95, a chamada "revolução da degola", os campos da fazenda que fora de Fagundes dos Reis serviram de ponto de junção, descanso e reorganização das tropas maragatas no mês de junho de 1894, às vésperas da Batalha de Passo Fundo.

Prestes Guimarães

Antônio Ferreira Prestes Guimarães, nasceu no povoado do Passo Fundo em 13 de junho de 1837. Filho de José Ferreira Prestes Guimarães e de Maria do Nascimento Neves. Neto de Manoel José das Neves, o Cabo Neves, fundador da cidade de Passo Fundo. Certamente foi alfabetizado pelo pai, um dos raros letrados do lugar. Após as primeiras letras tornou-se autodidata, tendo inclusive exercido a advocacia.

Em Passo Fundo exerceu várias funções burocráticas. Em 1864, secretário do comando da Guarda Nacional, em 1865, suplente do Delegado de Polícia, de 1870 a 1873, suplente do Juiz Municipal, em 1874, secretário da Câmara Municipal. Eleito vereador em 1881, por haver sido o mais votado, foi Presidente da Câmara na legislatura de 1882 a 1886, exercendo cumulativamente a função de chefe do Executivo. Havia atingido o posto de Major da Guarda Nacional. Foi chefe municipal do Partido Liberal a partir de 1882, deputado provincial nas legislaturas de 1885, 1887 e 1889, e Vice-Presidente da Província. Tendo assumido a presidência de 25 de junho a 8 de julho de 1889 foi alvo de pilhéria de parte do jornal do Partido Republicano. Como serrano, o primeiro a presidir a província, e rábula (advogado sem curso jurídico) era considerado um "grosso" pelos bacharéis republicanos. A cada dia, enquanto esteve à testa do governo, A Federação, órgão oficial do PRR, publicou versos satíricos anônimos. Ninguém duvidava serem de autoria do médico Ramiro Barcelos, o Amaro Juvenal que em 1915 irá publicar o "poemeto campestre" Antônio Chimango, satirizando Borges de Medeiros. Os versos apareciam sob o título de "Triolets d'ocasião". Eis dois triolets:

Major meu do Passo Fundo, O fundo passo que deu Acho arriscado o teu passo; O major do Passo Fundo, Não é pra qualquer do mundo Creio ele ser oriundo Ser delegado do paço. Dos paços do D'Eu. Precisa ter algum fundo Vai ser mesmo um jubileu Quem toma régua e compasso. De alegrar a todo mundo Major meu, do Passo Fundo, O fundo passo que deu Acho arriscado o teu passo. O major do Passo Fundo.

Logo a seguir, no 15 de novembro, o carcomido e corrupto Trono veio a baixo. Não só o Imperador e o Conde D'Eu perderam o Poder, mas também o nosso Major do Passo Fundo. Na ocasião por pouco não era ele o Presidente da Província. Silveira Martins havia embarcado para o Rio de Janeiro, onde deveria ser convidado a formar mais um ministério e ser Chefe do Gabinete (1º Ministro). Seria o 37º Gabinete nos 50 anos do reinado de Pedro II. Quando partiu, Silveira deixou no cargo outro Vice, Justo Rangel. Com o advento da República os liberais perderam o governo que foi assumido pelos republicanos. O PRR, após algumas alternâncias, assumiu o governo estadual de junho de 1892 até novembro de 1930. Assim Prestes Guimarães ficou na oposição até o final da vida. Em 31 de março de 1892 participou com Silveira Martins, Joca Tavares e outros da fundação do Partido Federalista Brasileiro, mais conhecido apenas como Partido Federalista, que substituiu o

Liberal. Prestes Guimarães tornou-se o mais importante chefe Federalista na região norte do RGS.

Na guerra civil de 1893-1895, a "revolução da degola", Prestes Guimarães foi promovido a General pelo Estado Maior das forças federalistas e assumiu o comando de um dos exércitos revoltosos. Participou com destaque da Batalha de Passo Fundo, em 27 de junho de 1894. No dia 10 de agosto deu-se a morte de Gomercindo Saraiva, em Carovi. Prestes asilou-se na Argentina com a intensão de reorganizar e melhor armar sua tropa. A 23 de agosto de 1895 foi assinada a Ata de Pacificação. Algum tempo depois o General serrano retornou a Passo Fundo, reabriu sua banca de advocacia e reassumiu a liderança do Partido Federalista até sua morte em 19 de setembro de 1911. Prestes Guimarães deixou apontamentos, fonte importante sobre a guerra civil de 93 e os passo-fundenses período. acontecimentos daquele Foram publicados, sob o título A Revolução Federalista em Cima da Serra, por Martins Livreiro em 1987.

Primeiros Luteranos em Passo Fundo

Os primeiros luteranos a estabelecerem-se na hoje cidade de Passo Fundo foi a família Schell, no ano de 1840. Trata-se do casal Johann Adam Schell e Johanna Cristina Hein Schell. Foram aqui conhecidos por Adão e Ana. Com eles vieram os filhos Maria, Jorge, João, Guilherme e Emília, então com 9, 8, 7, 5 e 2 anos de idade, respetivamente.

Johann Adam Schell, filho de Nicolaus Phillip Schell e Elisabeth Catharina Leonhardt, nasceu em 24 de junho de 1809, na aldeia de Bosen, ducado de Oldenburg, principado de Birkenfeld, na atual Alemanha. Cursou o ensino básico na Dorfschule de Bosen e a seguir aprendeu o ofício de carpinteiro (Tischler). Em 1828, solteiro, imigrou para o Brasil. No porto de Antuérpia, possivelmente, fez parte do último embarque de mercenários. Havendo a viagem coincidido com a proibição de contratar mercenários para a formação de unidades militares do Império, a maioria foi despachada para o Sul na condição de colonos agricultores. Em 18 de junho de 1829, às vésperas de completar 20 anos de idade, Johann apresentou-se na antiga Feitoria do Linho Cânhamo, hoje São Leopoldo/RS. Estabeleceu-se inicialmente no 3º distrito, Bom Jardim, atual município de Ivoti.

Johanna Christina Hein, filha de Johann Matheus Hein e Eva Dorothea Röhrig, nasceu em 21 de agosto de 1815, em Hildburghausen, reino de Saxe, na atual Alemanha. Em meados de 1826 imigrou para o Brasil acompanhando seu pai, sua madrasta Carolina, seus dois irmãos e suas duas irmãs. Em 8 de janeiro de 1827 a família chegou à Colônia Alemã de São Leopoldo, tendo recebido terras em Bom Jardim.

Em 30 de outubro de 1830, Johann Schell e Johanna Hein realizaram seu matrimônio religioso na Igreja Evangélica de Cristo, em São Leopoldo, Registro nº 39, folha 50 do Livro de Notas Religiosas. Assentamento feito em idioma alemão. A igreja luterana de S. Leopoldo foi um dos primeiros templos não católico romano autorizado a funcionar no Brasil. Durante todo o período colonial e durante todo Império a Igreja Católica Romana era a religião oficial e nenhum outro culto religioso era permitido no território nacional. Pela necessidade de atrair imigrantes europeus foi aberta uma exceção para as Igrejas da Reforma, desde que os templos não tivessem nenhum sinal externo, nem usassem sinos. Também era proibido o proselitismo religioso e os casamentos mistos. Os sacerdotes católicos costumavam proibir o convívio social de seus fiéis com os "protestantes", inclusive os jogos e brincadeiras entre crianças católicas e "protestantes".

De início o jovem casal morou na propriedade rural da família. Posteriormente moraram em Rio Pardo e Cachoeira do Sul, onde Schell exerceu sua profissão de Tischler, na construção de carroças. No final de 1836 veio para Passo Fundo com a esposa, uma filha e três filhos. É possível que tenha vindo com o objetivo de pesquisar madeiras para a construção de carroças. Aqui nasceu mais uma filha, em 5 de janeiro de 1838. Logo a seguir, talvez em função da guerra civil farroupilha, a família imigrou para a República Oriental do Uruguai, tanto é que a menina foi batizada em Montevidéu. De nome Emília, mais tarde, primeira 1ª Dama de Passo Fundo, pois casou-se com o Capitão Manoel José de Araújo, o primeiro a exercer o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, função concomitante com a chefia do Executivo Municipal, atualmente função do Prefeito.

Esta breve passagem de pouco mais de um ano por Passo Fundo costuma ser justificada pelo fato de Adão Schell ser legalista e temer os revoltosos farroupilhas, hipótese pouco provável. É mais condizente a hipótese que esses deslocamentos estivessem ligados ao fabrico de carroças. O certo é que decorridos dois anos, em pleno período de guerra civil, ele retorna com a família. Sejam quais tenham sido os motivos da transitória migração o certo é que em 1840 Schell fixou-se definitivamente no povoado do Passo Fundo, sede do 4º Distrito do Município de Cruz Alta. Desta vez como negociante, com casa comercial na esquina das atuais Avenida Brasil, nº 843 e 845, com a Rua Teixeira Soares, nº 855, em terreno cedido por Manoel José das Neves, o Cabo Neves.

O casal Schell não apenas foram os primeiros luteranos, mas também os primeiros germânicos e os primeiros estrangeiros não-ibéricos a tornarem-se passo-fundenses.

Adão Schell

Conforme visto em artigo anterior Adão Schell foi o primeiro estrangeiro não-ibérico a tornar-se morador de Passo Fundo. Além da atividade no comércio teve significativa atuação na vida social, cultural e religiosa local. Frequentemente é lembrado pela grande descendência e pela relação que essa descendência estabeleceu no seio da classe dirigente política, econômica, cultural passo-fundense ao longo de um século e meio.

A marca dos Schell, desde o início, foi a integração na sociedade "pelo-duro" do povoado e do distrito. Não obstante ser um casal luterano, os filhos foram batizados na Igreja Católica. No dia 22 de outubro de 1843, portanto após a fixação em Passo Fundo, uma filha de 12 anos, outra de três e um filho de 11 anos foram batizados, conforme registro no Livro nº 1 da Paróquia do Espírito Santo da Cruz Alta. Por outro lado tendo já os dessa primeira geração casado com "pelo duro" e "alemães" católicos, a maioria (se não a quase totalidade) da descendência de Adão e Ana Schell constitui-se de católicos. Há alguns metodistas. Um bisneto, após concluir o curso de Medicina, tornou-se sacerdote jesuíta, o Padre Arthur Rocha Morsch, S.J., falecido em 2010.

Adão Schell fundou a Loja Maçônica Concórdia III, e foi seu primeiro Venerável. No prédio da casa comercial de Adão Schell, esquina das atuais Rua Teixeira Soares com Av. Brasil, demolido recentemente, foram esculpidos símbolos maçônicos no alto da frontaria, lado do Nascente.

Deve-se a Adão Schell a vinda dos Metodistas para Passo Fundo, tendo inclusive contribuído financeiramente para a edificação do primeiro templo metodista passo-fundense. Outra iniciativa de Adão Schell foi a criação de um cemitério para não-católicos. Conhecido como "cemitério dos luteranos" ou "cemitério dos protestantes". O motivo é que em Passo Fundo, até então só havia cemitério para católicos, estava anexo à Capela e pertencia à Igreja. O cemitério dos não-católicos situou-se onde hoje está a Praça Fredolino Chimango, na Rua Teixeira Soares, em frente ao antigo quartel do Exército. Em 1902 a municipalidade, obedecendo a legislação republicana, inaugurou um cemitério público e laico, o "Vera Cruz". Os dois cemitérios confessionais, o católico e o não-católico, foram desativados. Os restos mortais do casal Schell e de mais alguns poucos sepultados no "cemitério dos luteranos" foram transladados para o Cemitério Municipal.

Adão Schell, apesar de sua forte atuação na sociedade passo-fundense, não assumiu posição política partidária pública. Porém era de todos sabida sua simpatia e apoio às posições de seu genro, o português Antônio José da Silva Loureiro, o "Barão", adversário político do chefe do PRR local, o Coronel Gervásio Lucas de Annes, casado com uma neta de Adão Schell. Estando ao lado do "Barão" entrou para a lista dos "inimigos" do Coronel, o que na época era fonte de muitos dissabores pessoais e prejuízos nos negócios.

Adão Schell faleceu em 24 de agosto de 1878. Ana, sua esposa, em 4 de agosto de 1882.

Primeiros Italianos em Passo Fundo

É politicamente incorreto falar em italianos antes de 1861. De igual modo falar de alemães antes de 1871. Pois até então a Itália e a Alemanha não existiam como Estados nacionais unificados. Todavia, é praxe corrente denominar genericamente de italianos e alemães as pessoas vindas, respetivamente, dos territórios ocupados por um e outro país.

Assim convencionado, o primeiro "italiano" morador (desconsidera-se simples trânsito ou curta permanência) na atual cidade de Passo Fundo foi Giovani Stelio. Fixou-se na freguesia do Passo Fundo nos primeiros anos da década de 1840. Antes de 1845 estava casado e havia constituído família. Desconhece-se a atividade exercida. Faleceu em 1849. Nada se sabe sobre descendentes de Giovani Stelio.

Giuseppe Sevignone Marchi (há as variações "Savignone" e "De Marchi"), foi o segundo imigrante originário da Península Itálica a fixar-se em Passo Fundo. Era genovês, teria vindo da região do Rio da Prata. Durante o período farroupilha, 1835-1845, exerceu o comércio em Rio Pardo. Terminada a guerra civil deslocou-se para "cima da serra" fixou-se inicialmente no Tope (no atual município de Marau). Em 1851 estabeleceu-se no povoado do Passo Fundo, na época sede do 4º distrito de Cruz Alta. Ficou conhecido por José Marques Italiano. Sua atuação tanto no comércio, como na sociedade passo-fundense foi de destaque. No comércio exerceu principalmente o ramo de carnes, atividade que alguns de seus descendentes deram prosseguimento até os anos 1960.

Desde as primeiras gerações brasileiras houve o aportuguesamento do sobrenome "Marchi". O filho assinava

Jeronymo Savignone Marques (1838-1909), os netos José Savignone Marques (1865-1928) e Josino Savinhone Marques (1875-1944). Note-se a grafia "Savinhone". Tendo posteriormente sido mantido apenas o "Marques" resultou não serem nas gerações subsequentes reconhecidos como ítalo-brasileiros. Esses Marques de ascendência itálica, geração após geração, tiveram e continuam tendo significativa participação na vida socioeconômica, política, cultural e esportiva de Passo Fundo.

Até os anos 80 não consta que outros italianos tenham se fixado na sede do Município. Em 1883 teria chegado Quintino Lamachia. Ainda na década de 1880 fixaram moradia na vila de Passo Fundo: Giuseppe Celibert, Antonio Bertaglioni, Giuseppe Di Primio, Eusebio Moretti e Francesco Amorelli. Na verdade Celibert estabeleceu-se fora da então área urbana, junto ao mato do Jaboticabal. Quando em 10 de abril de 1897 foi fundada a Sociedade de Socorros Mútuos "União Operária", associação de operários, artesãos e prestadores de serviços, Quintino Lamachia integrou a Diretoria no cargo de Tesoureiro. Somente a partir do final do século XIX e início do século XX é que se estabelecerão na cidade de Passo Fundo os demais italianos formadores das primeiras famílias ítalo-passo-fundenses. A principal causa e meio facilitador da vinda e fixação de italianos e demais imigrantes foi a viação férrea, cujos trilhos estendidos desde Santa Maria da Boca do Monte atingiram a cidade em 1898. Em 8 de fevereiro iniciou-se o tráfego regular de passageiros e carga. Dos que "chegaram com o trem" e aqui permaneceram são citados: Luigi Langaro, Giuseppe Conti, Carlo Marchionatti, Pietro Bortolas, Pietro Testa, Leopoldo Lasta, Luigi Bonatto, Luigi Ricci, Baptista Petracco, Francesco Morelli, Pietro Rotta, Emanuele Zeni, Emilio Agostini, Francesco Lancelotti.

Em 1901, numa população urbana em torno de dois mil habitantes, os italianos eram vinte e poucos, com seus familiares

talvez alcançassem a cifra de cem pessoas, isto é, 5% dos moradores. Via de regra todos esses primeiros italianos e os demais das primeiras décadas do séc. XX eram citadinos, exerciam atividades urbanas. Não eram os hoje tão decantados "colonos". Não eram agricultores. *No erano contadini*. Eram o que Núncia Santoro nomeia "Italiano da Esquina". Parte deles meridionais.

Lei de Criação do Município

A emancipação de Passo Fundo foi negociada em Porto Alegre e em Cruz Alta junto às lideranças dos dois partidos com bancadas na Assembleia Provincial. Apesar da oposição nos meios políticos e empresariais de Cruz Alta, dois cruz-altenses firmaram um acordo para a aprovação do pleito passo-fundense. Pelo Partido Liberal, um de seus principais chefes, o Dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado. Pelo Partido Conservador, o deputado líder da bancada, Coronel Antônio de Mello e Albuquerque, vulgo "Mello Manso". Os negociadores devem ter sido Camello Júnior, o qual mantinha boas relações com Pinheiro Machado, e o Capitão Araújo que na guerra civil de 1835-1845 havia servido sob as ordens do Coronel Mello Manso na luta contra os rebeldes farroupilhas.

Decretada a criação do município pela Assembleia Provincial, de imediato recebeu a sanção do Presidente da Província. Ato formalizado na Lei nº 340, de 28 de janeiro de 1857.

No dia 3 de fevereiro de 1857 o Presidente da Província, por meio de Portaria, "manda proceder as eleições para Vereadores da nova Villa" conforme a lei de emancipação e a legislação vigente.

Com base Constituição de 1824 o Regimento das Câmaras Municipais do Império, de 1º de outubro de 1828, determinava que o vereador mais votado assumisse para todo período a Presidência. A Câmara detinha no município os poderes legislativo, fiscalizador e executivo assim o seu presidente acumulava o cargo de Chefe do Executivo.

Vide verso: Transcrição do texto Lei Provincial nº 340 (ortografia da época).

O CONSELHEIRO JERÔNIMO FRANCISCO COELHO; presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc. etc.

Faço saber a todos os habitantes, que a Assembléia Legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º - São elevadas à cathegoria de villas as freguezias do Passo Fundo, e de Cangussú.

Art. 2º - Os limites da villa do Passo Fundo comprhenderão não só o distrito que tinha quando frequezia, como todo território da nova freguezia da Soledade.

Art. 3º - A villa de Cangussú compreenderá em seus limites além dos distritos da freguezia deste nome, os da freguezia do Cerrito, todos com as divisas que actualmente tem.

Art. 4º -São revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do governo na leal e valorosa cidade de Porto Alegre aos 28 dias do mez de Janeiro de 1857, trigésimo sexto da Independência e do Império.

JERÔNIMO FRANCISCO COELHO (L.S.)

Carta de lei pela qual V. Exa. sancionou o decreto da Assembléia Legislativa provincial, elevando á cathegoria de villas as freguezias do Passo Fundo, e de Cangussú, e marcando os seus limites, como acima se declara.

Para V. Exa. vêr

GERMANO SEVERIANO DA SILVA

Na secretaria do governo foi sellada e publicada a presente lei em 28 de Janeiro de 1857.

O oficial maior, servindo de secretário.

JOÃO DA CUNHA LOBO BARRETO

Registrada no Livro 3º de Leis Provinciaes.

Secretaria do Governo em Pôrto Alegre 28 de janeiro de 1857.

JOSÉ GONÇALVES DUARTE



Emancipação Municipal: 7 de agosto

No dia 7 de agosto de 1857 Passo Fundo iniciou sua trajetória de autonomia político-administrativa. Naquele dia com a instalação da Câmara Municipal e posse dos Vereadores nasceu o Município de Passo Fundo criado pela Lei Provincial nº 340, de 28 de janeiro de 1857. Igualmente no mesmo dia 7 de agosto, ao tornar-se sede municipal o povoado adquiriu a categoria de Vila.

As datas de 28 de janeiro e 7 de agosto causam confusão quando se desconhece a legislação e os regulamentos da época. De acordo com a Constituição outorgada em 1824 e o Regimento das Câmaras Municipais do Império de 1828, um município só começava a existir de fato com a instalação da Câmara Municipal e posse dos Vereadores. O Decreto de 23 de novembro de 1832, acrescentou detalhes, em especial, a propósito da ritualística.

Assim sendo aprovada a criação de um novo município pela Assembleia Provincial e sancionada a consequente Lei Provincial pelo Presidente da Província era necessário proceder a eleição dos Vereadores que iriam compor a Câmara. Condição sine qua non para a existência do Município. Caso contrário, a lei de criação tornava-se letra morta. Existem vários casos provando essa assertiva. Paradigmático é o de São Luiz da Leal Bragança criado em 1817, o qual seria desmembrado de Rio Pardo e englobaria a área que compôs o Município de Passo Fundo em 1857. Não tendo sido encontrados sete homens proprietários e possuidores de bens suficientes para serem eleitos vereadores não pode ser formada a Câmara. O projetado município não chegou a existir.

No caso de Passo Fundo tendo sido eleitos os sete vereadores e três suplentes foi marcada a data para formalização da autonomia municipal. No dia 7 de agosto de 1857 o Capitão Lúcio

Alves de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Cruz Alta, município do qual Passo Fundo foi desmembrado, deu posse aos vereadores eleitos, Capitão Manoel José d'Araújo, Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, Capitão Antônio Mascarenhas Camello Júnior, Manoel da Cruz Xavier, e o suplente Major Cezário Antônio Lopes. Todos prestaram juramento.

Não compareceram os vereadores eleitos José Joaquim de Oliveira, Antônio Ferreira de Mello Pinheiro e Ignácio do Canto Landim, os três alegaram "imcommodos de saúde" que impediam a presença à sessão. Coincidentemente os três representavam a freguesia de Soledade que havia disputado a primazia de sede municipal.

Na condição de vereador mais votado assumiu a Presidência da Câmara, para toda Legislatura, o comerciante Manoel José d'Araújo, conforme determinava o Regimento das Câmaras. Na forma do disposto pela Constituição e no citado regimento o Presidente da Câmara era o chefe do Executivo, cargo atualmente exercido pelo Prefeito Municipal.

Aproveitando a presença do vigário da paróquia do Espírito Santo da Cruz Alta, à qual estava subordinada a capela da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo, os vereadores solicitaram ao referido pároco que obtivesse da autoridade eclesiástica competente a nomeação de um vigário e a constituição de paróquia. Em contrapartida os vereadores prometeram mandar, por conta da Municipalidade, restaurar o templo o qual encontrava-se em ruínas.

Empossados os vereadores e instalada a Câmara foram providos os cargos municipais: Guilherme Schell, secretário; Manoel da Cruz Xavier, procurador; Felisbino José Padilha, porteiro e contínuo; Luiz Antônio Pinheiro, guarda municipal; Amaro de Camargo, fiscal da vila. Note-se que Guilherme Schell era cunhado do presidente.

A ata da sessão, referida como "auto de juramento e posse", foi redigida por Manoel da Assunmpção e Silva, secretário da Câmara Municipal da Villa Cruz Alta, subscrita pelo Presidente da Câmara de Cruz Alta, pelos quatro vereadores e pelo suplente.

A Vila do Passo Fundo

Em 7 de agosto de 1857 em decorrência da emancipação municipal sua sede, Passo Fundo, foi elevada à categoria de Vila. A categoria de Cidade era reservada às capitais das províncias e a algumas vilas que se distinguiam pela importância econômica e/ou política, como veio a acontecer com Passo Fundo, já na República, elevada à categoria de Cidade em 19 de abril de 1891. Devemos levar em conta que no período colonial e depois no Império e na República (até a década de 1930) existiu uma grande desordem e confusão na nomenclatura e na hierarquia nas divisões e subdivisões territoriais. Anteriormente à Proclamação da República, devido à união entre o Estado e a Igreja, sobrepunham-se entre si ora a administração estatal, ora a administração religiosa, aumentando a confusão.

Apenas em 1938, no espírito da organização político-administrativa do Estado brasileiro preconizada pela Revolução de 30, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março, uniformizou a nomenclatura. Todas as sedes municipais receberam o título de Cidade, devendo a cidade e o município terem o mesmo nome, não podendo dois ou mais municípios terem o mesmo nome. O município subdividido em distritos, tendo as sedes distritais o título de Vila. Também terminou a confusão com a palavra "vila". Tanto se aplicava à área urbana de sede municipal, como também era sinônimo de "município". A expressão "termo da vila" abrangia o território municipal. "Vilamento" significava emancipação municipal.

Ainda em 1931, aqui próximo, era anunciado o "Vilamento de Caràzinho", notícia que deixou passo-fundenses contrariados. Por despeito encheram um vagão da VFRGS com cuscos recolhidos pelas ruas da cidade e os despejaram lá na Vila do Caràzinho. Um exemplo da confusão na nomenclatura é outro município emancipado de Passo Fundo, Erexim. Os vereadores de lá resolveram se insurgir contra as regras ortográficas e mandaram escrever Erechim. Mas esse não é o assunto do presente artigo. Em 1916 quando da emancipação o município foi denominado Erechim com sede na Vila Boa Vista, topônimo depois mudado para Vila José Bonifácio. A sede do 2º distrito (atual Cidade de Getúlio Vargas) manteve o nome de Erexim. Com o Decreto 311 e a emancipação do 2º distrito deu-se fim ao imbróglio.

Não obstante a clareza e simplicidade do Decreto-Lei de 1938, decorridos mais de 75 anos, confunde-se "cidade" com "município" e vice versa. Isso ocorre cotidianamente nas conversas informais, nos discursos e textos oficiais, na voz e nos escritos dos comentaristas e comentadores dos órgão de comunicação social. Vereadores (parlamentares municipais) e prefeitos municipais não se dão conta (ao menos no discurso) que sua autoridade e seus deveres estendem-se à toda área (urbana e rural) do Município, não se restringe apenas à área urbana, a Cidade.

O início de nossa cidade de Passo Fundo deu-se com a chegada do Cabo Neves e sua gente. Espontaneamente formou-se uma povoação. Assim a data da fundação é dezembro de 1827, ocasião em que aquele curitibano fixou-se no local. O núcleo urbano passou por diferentes categorias. Apesar de haver se formado relativamente longe da beira do Rio Passo Fundo, este via de regra serviu de referência por ser o caudal de certa importância mais próximo. Em agosto de 1835 a primitiva povoação ou "povo começado", por conta de ser sede distrital e com a oficialização da Capela da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo, pode

usar o título de Povoado. Por má informação, Garibaldi em 1840, quando por aqui transitou a caminho de Cruz Alta, anotou "povoação das Missões". A capela, abrangendo todo território do distrito, foi elevada em 26 de novembro de 1847 à categoria de Capela Curada passando o Povoado, além de sede do distrito, a ser sede eclesiástica da Freguezia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo. Assim se manteve por dez anos, quando com o acréscimo da Freguezia da Nossa Senhora da Soledade, formou-se o município. O povoado tornou-se a Vila sede do 24º município da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo o de maior extensão territorial.

Decorridos quase 34 anos, em 10 de abril de 1891 por ato do governador interino, dr. Fernando Abbott, tornou-se Cidade de Passo Fundo. Coerentes com a separação entre Estado e Igreja os positivistas retiraram, sempre que possível, os nomes de santos, ficou Rio Grande do Sul e Passo Fundo.

São Miguel do Pinheiro Torto

A Capela de São Miguel, nos arredores da cidade à margem da antiga estrada de Carazinho e junto ao Arroio do Pinheiro Torto, está envolvida nas brumas de mitos e ficções. Igualmente como a Festa (atualmente, Romaria) necessita ser examinada à luz do seu contexto histórico.

A história da capela e da festa começa em princípios de 1865 com o recrutamento de soldados para a guerra que se avizinhava. Antonino Xavier escreve em Rememorações de Nosso Passado: "Irrompendo a guerra do Paraguai, para ela, como praças do 5º corpo de cavalaria da Guarda Nacional [...], marcharam esses dois pretos". A referência é a Generoso e Izaías, pai e filho, escravos do Alferes Bernardo Castanho da Rocha. O Alferes, originário da Comarca de Curitiba, havia se estabelecido em 1828 à beira do Arroio Pinheiro Torto com uma pequena fazenda de criar, casa comercial, engenho de serrar madeiras, moinho de grãos e soque de erva-mate, era dono de muitos escravos. Porém, Antonino não conta que os senhores de escravos para se livrarem, ou para livrar um filho, de ir para a querra alforriavam escravos que os substituíam. Em regra, dois negros por um branco. Terminada a campanha contra o Paraguai os dois regressaram. Generoso havia perdido uma perna, por isso já em território nacional adquiriram "uma carretinha puxada por um cavalo". Chegaram de volta à fazenda de Castanho da Rocha trazendo uma estatueta do Arcanjo Miguel esculpida em madeira por índios missioneiros. Disseram haver encontrado "à beira de uma lagoa, em abandono". Entrementes pelo que se sabe quando do final das reduções, em

especial no pós 1801, as igrejas, capelas e oratórios foram saqueadas pelos castelhanos e pelos habitantes da região. O material de demolição foi usado em construções de ranchos e galpões. Estátuas foram aos poucos sendo vendidas a comerciantes e a viajantes que por ali transitavam.

Tendo voltado a trabalhar para o antigo patrão, agora como libertos, ambos empreenderam a construção de uma capela. Colaboraram o patrão e vizinhos. Sempre no mesmo local a atual capela, edificada após a guerra civil de 1893-95, já é o terceiro prédio e o primeiro em alvenaria, o qual passou por várias reformas e trabalhos de restauro e conservação.

Ângelo Dourado, médico baiano, coronel do exército de Gomercindo Saraiva em Voluntários do Martírio relata a propósito do dia 26 de junho de 1894, véspera da Batalha de Passo Fundo: "Perto da cidade de Passo Fundo há uma pequena capella dedicada à S. Miguel. A coluna serrana de Prestes, de mil e tantos homens, passando por ali, quasi toda, foi beijar aquelle santo. Chegando perto para saber qual era o padroeiro, respondeu me um serrano: - Este santo é nosso companheiro, coronel. Não vê? Tem uma espada e uma balança para pezar os crimes dos *pexatos*."

Quanto à primeira festa é mencionado o ano de 1871. Certamente é mito, em 1871 mal os soldados haviam retornado, ainda passou-se algum tempo até que o primeiro templo, "com paredes de pau a pique e coberta de capim", fosse concluído para que nele fosse entronizada a imagem. Consta que a primeira festa foi organizada por Diogo José de Oliveira e sua esposa Maria Joana. Diogo era o Delegado de Polícia e tio de Antonino. Compareciam à festa as mais altas autoridades civis, militares e religiosas do Município e grande número de pessoas de todas classes sociais. Uma manifestação religioso-profana de encontro das comunidades urbana e rural naquele ponto intermediário. Durante muitos e muitos anos, quando da festa, eram montadas ao

lado da capela duas bailantas. Uma melhor, mais bem arranjada, para os brancos. Outra mais modesta, mais pobre, para os negros. Mesmo na festa da capela de iniciativa de dois negros, ascendentes da hoje tradicional família passo-fundense Isaías, os afrodescendentes eram discriminados, marginalizados.

Negros Escravos – Brancos Abolicionistas

O povoamento de Passo Fundo, iniciado no final de 1827, teve desde aquele momento significativa participação de afrobrasileiros. Eram os chamados "negros crioulos", ou simplesmente "crioulos", por serem descendentes de africanos, todavia nascidos no Brasil. No ano da emancipação municipal, 1857, os afrodescendentes "escravos" e "libertos" representavam 20% da população do município. Um índice elevado em termos de Brasil Meridional.

Quando o fundador chegou, apesar de ser um simples cabo miliciano, trouxe consigo escravos. A História de Passo Fundo registra o nome de uma escrava, a qual teria sido ama de leite de filhos do Cabo Neves. Mariana, a Mãe Preta que substitui a índia kaingáng Goiexim na nominação da fonte, atual chafariz.

Na historiografia passo-fundense há uma História da Escravidão e do Abolicionismo, sem uma História dos Escravos e dos Negros. Existem raras referências a respeito do relacionamento entre senhores e escravos. Nada é dito dos escravagistas passo-fundenses, por exemplo a família do coronel Francisco de Barros Miranda, pai de Estanislau, o Lalau Miranda patrono de CTG. Não registra os proprietários que alforriaram escravos para, na condição de "Voluntários da Pátria", substituí-los na Guerra contra o Paraguai. Tal foi o caso do Alferes Bernardo Castanho da Rocha. Mandou em seu lugar dois de seus escravos, Generoso e Izaías, pai e filho. Via de regra, a cota era dois negros por um branco.

Toda ênfase é dada ao Abolicionismo. É marcada e enaltecida a postura do branco sensibilizado com as agruras da condição servil. Igual à História do Brasil oficial, nada é dito da luta e das revoltas dos dominados. No caso local a libertação de cativos é atribuída à piedade e ao liberalismo do povo de Passo Fundo, bem como os exemplos e estímulos vindos de fora, em particular Cruz Alta e Porto Alegre. Destaque maior merecem a Sociedade Emancipadora e a Câmara Municipal.

A Sociedade Emancipadora, fundada em 18 de agosto de 1871, congregava meia centena de pessoas, quase todas da Vila. No termo de fundação consta "sociedade libertadora das crianças de sexo feminino". Na verdade, uma entidade tímida, parcialmente abolicionista em seus objetivos e conciliadora em sua prática. Buscava apiedar os senhores de escravos para libertarem as meninas nascidas escravas, das quais detinham a propriedade. Quando o dono não se deixava comover, propunham-lhe vender a criança cativa. Caso o negócio fosse aceito, compravam a menina e a libertavam sem prejuízo (e até com lucro) para o proprietário.

A Câmara Municipal limitou-se aprovar moções do vereador Prestes Guimarães, líder do Partido Liberal. O PL gaúcho havia desfraldado a bandeira do abolicionismo como estratégia partidária frente ao Partido Conservador, radicalmente escravagista. Na prática o PL fazia campanhas financeiras de arrecadação de fundos para comprar escravos e libertá-los. No dia 28 de setembro de 1884 a Câmara Municipal presidida pelo major Prestes Guimarães realizou sessão solene de anúncio da libertação de 300 escravos. No dia seguinte enviou ao Presidente da Província o sugestivo telegrama: "Vai desaparecer a mancha negra". Em 2 de dezembro, mais 246 cartas de alforria foram expedidas na Comarca de Passo Fundo. Em 11 de outubro de 1884 a Câmara Municipal formou comissões distritais abolicionistas. Cinco comissões, integradas por

cidadãos de destaque: 1º distrito, Passo Fundo; 2º, Campo do Meio; 3º, Nonoai; 4º, Jacuizinho; 6º Restinga.

Contudo, para além das atividades da Sociedade Emancipadora e da Câmara Municipal, o conservadorismo e os interesses escravocratas existentes na sociedade passo-fundense mantiveram escravos até que a Lei da Abolição, de 13 de maio de 1888, obrigasse libertá-los.

A Vila elevada à Cidade

A 10 de abril de 1891 o chefe interino do Executivo Estadual, dr. Fernando Abbott, assinou o Ato nº 258 elevando a Vila de Passo Fundo à categoria de Cidade.

Essa fora a reivindicação da Junta Governativa Municipal, datada de 24 de dezembro de 1890. A data escolhida, 10 de abril, foi homenagem ao coronel Gervásio Lucas Annes (1853-1917), chefe político republicano e deputado pelo PRR na Assembleia dos Representantes, cujo aniversário transcorria naquele dia.

Cabe notar que apenas em 2 de março de 1938, pelo Decreto-Lei nº 311 assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, o Governo estabeleceu normas nacionais uniformizando e disciplinando o ordenamento territorial dos Municípios. Até então, passando pelo período monárquico (1822-1889) e pela 1ª República (1889-1930), reinava nessa área, tal e qual em outras da Administração Pública, a desordem e o improviso herdados dos tempos coloniais. Assim coube à Revolução de 30 iniciar ordenação e regulamentação racional do aparelho estatal brasileiro.

Entre outros preceitos o 311 estabeleceu: A sede do município terá a categoria de cidade e lhe dará o nome; Os municípios compreenderão um ou mais distritos; O distrito se designará pelo nome da sede, que terá a categoria de vila; Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.

Na sequência, no dia 31 daquele mês, a Lei nº 7.199 efetivou a determinação federal confirmando a divisão do Rio

Grande do Sul em 86 municípios, relacionando-os e elevando as sedes, ainda vilas, à categoria de cidades.

Até 31 de março de 1938, costumeiramente, quando da criação de um novo município sua sede recebia o título de Vila, a ponto da emancipação ser denominada "vilamento". A confusão era tanta que, inclusive em documentos oficiais, o município todo compreendendo a sede e os distritos (área urbana e rural), com frequência, aparece como "vila".

A elevação à categoria de Cidade era ato arbitrário do Governante. Dependia da importância socioeconômica atribuída ao local, contudo dependia de injunções político-partidárias, tanto é que capitais de província durante o Império eram vilas. Porto Alegre, pela sua resistência e contrariedade aos rebeldes farroupilhas, recebeu do Imperador Pedro II o título de Mui Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre. Ainda na "República Velha" nem todas capitais de estado tinham a categoria de Cidade.

Passo Fundo, no início da década de 1890, não possuía importância socioeconômica que justificasse, como aliás assinala Antonino Xavier, a categoria de Cidade. Porém o que lhe valeu foi a influência político-partidária e a posição estratégica do ponto de vista logístico e militar. Naquele momento o Partido Republicano Riograndense precisava valorizar, frente à Campanha e Fronteira onde predominavam os federalistas, a região "de cima da Serra", da qual Passo Fundo era parte importante.

Batalha de Passo Fundo

No dia 27 de junho de 1894, uma quarta-feira, feriu-se a 12 quilômetros do centro da cidade de Passo Fundo um dos mais decisivos enfrentamentos da guerra civil de 93-95, a Batalha de Passo Fundo.

A guerra civil iniciada em 5 de fevereiro de 1893 e encerrada em 23 de agosto de 1895, entrou para os anais da História sob as denominações de Revolução Federalista e "revolução da degola". Federalista por haver sido desencadeada pelas lideranças do Partido Federalista, oposição ao Partido Republicano Riograndense. Os adeptos dos federalistas foram apelidados "maragatos". Nas fileiras rebeldes havia soldados recrutados na Argentina e no Uruguai, entre esses havia gente originária da Maragateria, região da Espanha onde subsistia uma população descendente dos mouros islâmicos do Norte da África. Distinguiam-se pela bravura guerreira e pela crueldade com que tratavam os inimigos. Na verdade republicanos, apelidados "pica-paus", os recrutaram do outro lado da fronteira. Nas suas hostes igualmente militavam maragatos. Da degola, não porque nas demais guerras sulinas não ocorreu degola. Na Cisplatina, na Farroupilha, no Paraguai a degola foi prática comum, todavia em nenhuma atingiu proporções iguais às de 93-95. Logo após os gaúchos foram chamados a interferir na Guerra dos Canudos, lá houve degola. Na guerra civil contra Borges de Medeiros, em 1923, os chefes de ambas as facções, libertadores e chimangos, procuraram reprimir tal prática nefanda.

A Batalha de Passo Fundo foi a última grande batalha da "revolução da degola", porém nela, por circunstâncias especiais, não foram registrados atos de degolamento. Também conhecida como

Batalha do Campo dos Mello e Batalha do Pulador, foi evento muito significativo tanto do ponto de vista militar, como do ponto de vista político. Militarmente serviu para estrear armamento moderno recém importado da Europa pelo governo estadual chefiado por Júlio de Castilhos. Pela primeira vez no Brasil foram empregadas, em situação de combate, metralhadoras. Na verdade as Nordenfeld, usadas pela Infantaria (M 89, 5 canos) e pela Cavalaria (M 89, 3 canos), tinham funcionamento mecânico, eram precursoras das metralhadoras automáticas, as metralhadoras propriamente ditas, criadas na década de 1910. Ainda do ponto de vista militar serviu para testar, em larga escala, em solo brasileiro, a tática do quadrado de infantaria. Por outro lado, tendo os governistas escolhido um campo "sujo" e pantanoso, para dar combate aos rebeldes, conseguiram neutralizar as temidas cargas de lança da cavalaria maragata. Apesar dessas vantagens os pica-paus não alcançaram a esperada vitória. Sob a óptica militar a maioria dos analistas concorda não ter havido, na Batalha de Passo Fundo, nem vencidos, nem vencedores. Do ponto de vista político a Batalha de Passo Fundo marcou o descenso da causa rebelde, não obstante a paz haver sido assinada mais de um ano (quatorze meses) após.

No campo de combate, a meio caminho entre as atuais cidades de Passo Fundo e Carazinho, enfrentaram-se durante seis horas um total aproximado de seis mil homens de ambas as facções. Ao entardecer a luta cessou sem vencidos, nem vencedores. Encobertas pela escuridão da noite as forças federalistas retiraram-se. Não foram todavia perseguidas pelas forças governistas. Do enfrentamento resultaram algumas centenas de mortos e mais de mil feridos. Em razão de condições adversas, principalmente do frio rigoroso, das precárias condições de saúde, do deficiente serviço médico, um considerável número de feridos veio a falecer nos dias imediatos à batalha.

Dentre os chefes legalistas intervenientes na Batalha de Passo Fundo cabe lembrar o general Lima e os coronéis Firmino de Paula, Nascimento Vargas e Santos Filho. O então cel. Manoel do Nascimento Vargas, posteriormente general, grande fazendeiro em São Borja, nasceu no Pulador. Seu pai um tropeiro paulista de sobrenome Bueno. Sua mãe, descendente de açorianos, era Vargas. Getúlio Dornelles Vargas era filho de coronel pica-pau e sobrinho do coronel maragato Dinarte Dornelles. O cel. Dornelles não interferiu diretamente na Batalha de Passo Fundo. Teve importante função ao dar cobertura na retirada.

As tropas rebeldes estiveram comandadas na Batalha de Passo Fundo por três de seus legendários chefes, os generais Gomercindo Saraiva e Prestes Guimarães e o coronel Aparício Saraiva. Outra figura de destaque o coronel Ângelo Dourado, médico baiano, chefe do serviço de saúde do exército de Gomercindo. Dourado celebrizou-se como memorialista. Em Voluntários do Martírio, descreve toda epopeia da coluna rebelde. Descreve as duas passagens por Passo Fundo e a Batalha. Referindo-se aos comandados de Prestes que ele denomina "valentes serranos", escreve: "um profundo valado privou-os de mostrar a bravura que tantas vezes provaram."

Há uma questão crucial, salvo melhor juízo, não abordada por analistas militares, nem por críticos das estratégias e táticas de nossos comandantes militares do passado. Por que guerreiros experientes, Gomercindo e Prestes, deixaram seus comandados cair na armadilha preparada pelos pica-paus no campo dos Mello? Em especial Prestes? Nascido e criado em Passo Fundo, Major da Guarda Nacional no município. Não era meia dúzia de pica-paus. Não era um patrulha de reconhecimento que andava ali pelo velho Saladeiro de São Miguel ou pelo Umbu, como julgaram de início os maragatos acampados de 26 para 27 no Pinheiro Torto. Era uma tropa de mais de três mil combatentes, bem descansados, com armamento moderno e peças de artilharia, postados à beira da estrada no alto da coxilha, bem à vista, além dos banhados e do "profundo valado". Onde estavam vedetes, bombeiros ou bombeadores que ainda na véspera deveriam ter esquadrilhado o terreno até o então povoado do Caràzinho? As colunas federalistas poderiam ter infletido pela estrada do Pontão, onde o coronel Dornelles, vindo de Nonoai, fizera várias sortidas. Ou tomado o rumo do Botucaraí, passando pelos Três Passos onde pouco antes os serranos de Prestes haviam infringindo grande derrota às hostes republicanas comandadas por Lima. Fazer o caminho pelo Tope, sair em Soledade e seguir para Santa Maria da Boca do Monte, como foi feito do dia 28 em diante, na retirada. Talvez os boatos de que Arthur Oscar estava muito próximo pela retaguarda tenha levado Gomercindo a tomar atitude precipitada. Na verdade a tropa perseguidora ainda não havia chegado ao Campo do Meio e estava desfavorecida pela hostilidade dos índios Kaingáng do Mato Português e do Mato Castelhano, amigos dos maragatos, como haviam sido amigos dos farroupilhas e dos bandeirantes que no século XVII alargaram o território brasileiro.

Os marcos da Batalha de Passo Fundo

As posições de batalha ocupadas por ambas facções foram assinaladas em fevereiro de 1900 por marcos colocados do lado norte da via férrea na altura do Km 334, no atual distrito do Pulador. No dia 23 foi oficialmente inaugurado o marco indicativo da posição das tropas federalistas. No dia 24 igual ato em relação ao marco republicano. É fácil compreender que o estado de ânimo ainda reinante naquele momento obrigou realizar as solenidades em dias diferentes. Os dois marcos foram esculpidos em pedra grês pelo artífice Thomaz Canfild, imigrante estado-unidense de origem irlandesa, estabelecido no Boqueirão com oficinas de pedras e madeiras. Mestre Thomaz durante a guerra civil de 1893-1895 lutou ao lado dos maragatos. Após restabelecida a paz um grupo de cidadãos, com a anuência do chefe pica-pau e Intendente Municipal, coronel Gervásio Lucas Annes, encomendou os marcos. Tendo concluído o trabalho em 1898, o escultor foi obrigado a esperar até o início do ano de 1900 para montar as peças no lugar escolhido.

O primeiro marco colocado com a face voltada para Oeste:

GRANDE BATALHA DE 27 DE JUNHO DE 1894 POSIÇÃO FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

Com os símbolos: Cruz Compasso Esquadro

assinatura Thomaz Canfild, data 22-3-98

Abaixo da linha do chão foram guardados vários escritos e um exemplar do jornal <u>O Gaúcho</u>, todos tratando do significado do monumento. Cobrindo o depósito e servindo de base ao marco uma pedra gravada:

Gal. Gomercindo Saraiva Gal. Prestes Guimarães Cel. Aparício Saraiva

O segundo marco colocado com a face voltada para Leste:

GRANDE BATALHA DE 27 DE JUNHO DE 1894 POSIÇÃO FORÇAS DO GOVERNO

Com os símbolos: Cruz Compasso Esquadro assinatura *Thomaz Canfild*. data 24-2º-98

Abaixo da linha do chão foram encerrados um exemplar d' <u>O Echo da</u>

<u>Verdade</u> e vários títulos relativos ao significado do monumento. Servindo de tampa e base do marco uma pedra gravada:

General Lima General Firmino de Paula Coronel Santos Filho

Com a implantação de lavoura de trigo e plantação de eucaliptos os monumentos foram destruídos pelos proprietários das terras. Em 1988 tendo apenas sido recuperadas as duas lajes esculpidas, estas foram colocadas nos locais onde atualmente se encontram. Os materiais guardados e as tampas, base dos marcos, tudo perdido.

Estrada de Ferro

A 8 de fevereiro de 1898 a primeira composição ferroviária chegou à cidade de Passo Fundo inaugurando oficialmente "as paralelas de aço" estendidas desde Cruz Alta. Esse trecho completava ligação a Santa Maria da Boca do Monte, onde se dava a conexão com os demais ramais então existentes. O trajeto de Passo Fundo a Porto Alegre era de 747 quilômetros percorrido em 26 horas de viagem. Posteriormente foi reduzido 660 kms. e 22 horas.

A estrada de ferro, aliada ao restabelecimento da paz (guerra civil de 1893-95), representou para o Município e para a Cidade a recuperação da crise social e econômica que se abatera sobre a região. O trem de ferro trouxe o progresso e novas gentes, o comércio e as indústrias reativaram-se, novas unidades e novos ramos surgiram iniciando uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico. Mais uma vez confirmava-se o destino de Passo Fundo em ser uma TERRA de PASSAGEM.

A população municipal aproximava-se dos vinte mil habitantes. Na área urbana da sede municipal viviam menos de duas mil pessoas. Era Intendente Municipal o Coronel Gervásio Lucas Annes. Compunham o Conselho Municipal: Ten.-Cel. Pedro Lopes de Oliveira, Claro Pereira Gomes, Afonso Caetano de Souza, Frederico Graeff, Manoel José de Oliveira Lima, Jesuíno Bordallo e João Teixeira Estanislau.

O ato inaugural constituiu-se em acontecimento que marcou época. Motivou compreensível júbilo entre os passo-fundenses, entre os funcionários, engenheiros, artífices e operários da Companhia concessionária, das empreiteiras construtoras, da Comissão encarregada e da Estação local. A composição inaugural fez o percurso Cruz Alta – Passo Fundo transportando representantes da Cia. União Industrial, concessionária do trecho

Cruz Alta a Itararé/SP, empreiteiros, altos funcionários, visitantes e convidados vindos de vários lugares para participarem dessa viagem especial. O ponto terminal foi a Gare da Viação Férrea, ainda incipiente. No pavilhão de depósito de locomotivas foi servido um banquete, ocasião em que se fizeram ouvir oradores da cidade e oradores da comitiva inaugural.

Após o banquete e os discursos ocorreu uma demonstração de Cavalhadas, tradicional diversão que fazia parte dos programas das festas religiosas. Comandados pelo festeiro Jacinto Domingos Vilanova os cavaleiros postaram-se para as evoluções no espaço hoje ocupado pela Rua Gal. Canabarro, entre a CEF e o Bebedouro. Coincidência ou não, esta foi a última vez que esta antiquíssima tradição foi encenada na cidade de Passo Fundo. A modernidade, finalmente, havia chegado à, em breve, Capital do Planalto.

Na época a cidade concentrava-se em torno da Praça Tamandaré e ao longo da Rua do Comércio (Avenida Brasil) da Rua 15 de Novembro para Oeste. A Estação de trens fica afastada da cidade, para além da Igreja Matriz (situada onde hoje está a Catedral), nos fundos do cemitério desativado anos depois. Em razão do afastamento e da inexistência da Estação de Passageiros o embarque e desembarque destes realizava-se em um apeadouro improvisado junto à passagem de nível da Rua do Comércio (hoje esquina da Av. Brasil com a Sete de Setembro). Ali existia o Hotel Internacional. Na década de 1920 começou a funcionar a Estação de Passageiros, porém o apeadouro manteve-se como alternativo até a década de 1930. Desde o início o embarque e desembarque de mercadorias, as oficinas, o telégrafo, o setor burocrático e os serviços auxiliares funcionaram na própria Gare.

A Estrada de Ferro, vindo associar-se às estradas de chão, marcou indelevelmente a história passo-fundense. Existe um período antes do trem e um período com o trem. Todavia é um grande equívoco imaginar que o trem de ferro é o marco zero do desenvolvimento de Passo Fundo.

A Composição Étnica no Século XX

a) Do início do século até os anos 50

Em 1901 a população de Passo Fundo, cidade e arredores, cifrava-se em torno de dois mil habitantes, predominando os "pelo duro". Tal composição étnica manter-se-á, em termos relativos, praticamente até quase às vésperas do 1º Centenário da Emancipação Municipal – 1957.

Naquele primeiro ano do século XX, o grupo "estrangeiro" mais numeroso era o dos italianos, aí incluídos os imigrantes, os nascidos no Brasil e os familiares, ao todo cerca de cem pessoas. Seguia-se o dos alemães. Ambos os grupos, bem como os de outras origens, eram elementos citadinos dedicados a atividades ligadas à área urbana. Não eram os tão decantados "colonos". Sendo uma cidade de comércio e serviços, com um único ramo fabril-artesanal economicamente significativo, o ervateiro, esse cenário manteve-se durante as primeiras décadas do século.

No dia 26 de maio de 1901, doze italianos fundaram a Società Italiana di Mutuo Soccorso. Logo ao grupo juntaram-se mais quatro, esses 16 eram italianos natos quase todos residentes na cidade. Em 1° de fevereiro de 1926 contava com 174 sócios efetivos, todos italianos ou filhos de italianos. Em 18 de janeiro de 1913, os alemães fundaram a sua sociedade a Deutscher Verein. Em 26 de abril de 1916, os afrodescendentes, presentes em Passo Fundo desde 1827 e que em 1858 representavam um quinto da população, fundaram sua sociedade recreativa beneficente, o Clube Visconde do Rio Branco.

No final da primeira década foi dado início à colonização de vastas áreas do então Município de Passo Fundo cujo território se estendia até as barrancas dos rios Pelotas e Uruguai, onde divisava

com os estados do Paraná e Santa Catarina. A Jewish Colonization Association, sede em Paris, adquiriu a Fazenda Quatro Irmãos onde assentou colonos judeus emigrados da Europa Central e do Império Tsarista Russo, principalmente da Bessarábia. A Diretoria de Terras do Governo do Estado do RGS implantou a Colônia Erexim onde assentou italianos, alemães e poloneses, além de russos, ucranianos е suecos em menor número. Seguiram-se empreendimentos colonizadores particulares, principalmente no Alto Jacuí. Com exceção da JCA ou ICA, os demais projetos colonizadores objetivaram principalmente o reassentamento de agricultores oriundos das chamadas "colônias velhas". Toda essa colonização de terras ditas "devolutas" fez-se à custa da expropriação e expulsão de indígenas e de caboclos.

A colonização nos distritos teve de imediato efeito na sede, muitos dos "agricultores" desfizeram-se da colônia, largaram a enxada e o arado, vieram aventurar na cidade em atividades mais convenientes que a roça. Também, muitos mascates libaneses e sírios que haviam atuado nas "colônias velhas", e em outras áreas, vieram estabelecer-se em Passo Fundo. Reflexo da presença dessas etnias é a Sociedade União Israelita Passo-Fundense, fundada em 1922, e a Sociedade Syrio-Libanesa, fundada em 1930.

Os vários grupos étnicos "estrangeiros" irão crescer em termos absolutos e relativos, contudo, o predomínio dos "pelo duro" irá persistir, conforme acima referido. O grupo dos "italianos" é o que continuará apresentando o maior crescimento em cifras absolutas e relativas. O número de imigrantes vindos diretamente da Europa e Oriente Médio continuará sendo diminuto, com um leve incremento no pós-guerra.

Lembrando os dois mil habitantes no início do século, em 1920 eram 10 mil, em 1940, 17 mil e em 1950, 26 mil. Esses são números arredondados relativos à população citadina. Um incremento considerado lento tendo em vista que além do crescimento vegetativo sempre ocorreu a entrada de forâneos.

A Composição Étnica no Século XX

b) Dos anos 50 ao final do século

Na década de 1950 ocorreram algumas mudanças que irão ter seus reflexos a partir da década de 80. Passo Fundo consolida sua posição de centro regional do norte do estado. A triticultura motomecanizada de feitio capitalista desenvolvida nos antigos distritos influi por duas vias, a cidade torna-se: Centro de comercialização dos insumos e da produção; Ponto de absorção do êxodo rural provocado pela atividade granjeira.

Independente da origem étnica a corrente migratória que fluiu, a partir do final dos anos 1940, para a "Capital do Planalto Médio" era predominantemente de extração rural. São colonos, os "mala branca", os "bota amarela", e são peões das áreas agropastoris, ocupadas pelo trigo e depois pela soja, em busca de novas oportunidade de trabalho, de estudos para os filhos, de melhor assistência médico-hospitalar.

A mudança da composição étnica e o rápido aumento populacional diminuiu o caráter "pelo duro", porém não o eliminou. Em quantitativos absolutos e relativos ainda é maioritário. Todavia, as alterações na composição populacional, a diversificação da origem geográfica e socioeconômica dos novos migrantes se farão bem notadas nas mudanças da mentalidade coletiva. Traços que irão se reforçar e aprofundar na década de 1980 e seguintes com o rápido incremento populacional e com a ampliação e diversificação do comércio e da prestação de serviços. Variações decorrentes, em especial, da condição de centro regional de ensino superior e médico-hospitalar, aliada à posição estratégica de corredor de passagem.

Concomitantemente ocorre a migração em sentido inverso. Principalmente a partir da década de 50 dá-se, em termos bem mais significativos que em tempos anteriores, o "êxodo" de passofundenses para outros lugares. Porto Alegre é forte polo de atração, mas são bem diversificados os destinos. Isso em se tratando do elemento urbano.

A partir da década de 1950, em razão das drásticas alterações no meio rural, ocorre grande migração da população dos distritos (hoje praticamente todos emancipados) para o Oeste Catarinense, Norte do Paraná e depois Mato Grosso.

Desse vai e vem da população resulta o aumento da população urbana, pois o número dos que chegam é bem maior do que o dos que partem. Acompanhando as emancipações distritais ocorre a redução da população rural causada tanto pela redução do território, como pela absorção citadina.

Essas alterações populacionais, qualitativas e quantitativas, aliadas à melhoria da escolaridade, à introdução de novas tecnologias, do incremento das comunicações e da globalização, tornam compreensíveis as mudanças de mentalidades e do *modus vivendi* passo-fundense no final do século XX e início do 3° milênio.

Società Italiana

No dia 26 de maio do primeiro ano do século XX, doze italianos residentes no município de Passo Fundo fundaram a SOCIETÀ ITALIANA DI MUTUO SOCCORSO. Principal finalidade, o próprio nome indicava, proporcionar ajuda mútua aos italianos estabelecidos no município e a seus familiares. No Brasil não havia Previdência Social, criada apenas após a Revolução de 1930 por Decreto do Presidente Getúlio Vargas. Outra finalidade era a de oferecer aos associados momentos de lazer e cultura. A "secção recreativa" oferecia jogos de cartas de vários tipos, "snooker" e bocha. Em ocasiões festivas havia jogos como o bingo ou tômbola. Organizavam-se bailes, tanto vespertinos, como noturnos. As atividades cívico-culturais estavam orientadas prioritariamente para ações e eventos relacionados à nacionalidade e à cultura italianas. O grande objetivo da Società era reunir localmente os imigrantes vindos da Península Itálica e seus descendentes oportunizando a cada um, individual e coletivamente, identificar-se como tal. Algo complexo na época tendo-se em vista que a Itália, unificada em 1861, constituída em Estado Nacional era evento recente. Parte dos imigrantes não havia assimilado a nacionalidade. Inclusive o idioma italiano padrão não era corrente entre os imigrantes. Porém toda documentação da entidade (Estatuto, atas etc.) era redigida exclusivamente em Italiano padrão. Só eram admitidos na categoria de sócios de pleno direito italianos natos e seus descendentes. Uma divisão notória dava-se entre monarquistas e republicanos. Isto fazia-se notar nos títulos das entidades. Os republicanos usavam o nome de Garibaldi ou o nomeavam Presidente de Honra. Os monarquistas usavam nomes da realeza. Em 1º de junho de 1901 nasceu em Roma a princesa Iolanda Margherita Milena Elisabetta Romana Maria filha do Rei Vittorio Emanuele III e da Princesa Elena

Petrovich-Niegosh de Montenegro. No dia 14 de junho foi escolhida patrona e acrescentado "Iolanda Margherita Di Savoia" ao nome da entidade. Mais tarde em Napoles um pizzaiolo criou a pizza Margherita.

Havia divergências a respeito das datas a comemorar. Porém todas sociedades italianas no Brasil, e a de Passo Fundo não fugia à regra, comemoravam 20 de Setembro, data da tomada de Roma e data símbolo da unificação da Pátria Italiana. No dia 20 de setembro 1870 as tropas italianas, comandadas pelo General La Marmora, ocuparam a cidade de Roma derrotando e expulsando as guarnições pontifícias e francesas, defensoras do Papa. Um dos generais participantes da tomada de Roma foi Menotti Garibaldi, filho de Giuseppe e Anita, nascido em 16 de setembro de 1840 perto de Mostardas, no Rio Grande do Sul.

A primeira diretoria, primo Consiglio Direttivo, foi formada pelos sócios fundadores: Quintino Lamacchia, Francesco Amorelli, Emilio Agostini, Giovani Stefani, Michel Conti, Luigi Ricci e Pietro Testa. Os demais sócios fundadores eram: Aurélio Pavinato, Bortolo Spinato, Carlo Sartori, Giuseppe Conti e Emanuele Zeni. Quando da fundação funcionou, por breve tempo, no Boqueirão. Logo após passou a funcionar na Rua Moron (no atual nº 1569) a meio da quadra frente à Praça Mal. Floriano. Em 30 de outubro de 1937 ocorreu a transferência, na diagonal, para a Rua Bento Gonçalves, atual sede social do centro, o tradicional Palácio Rosado.

Clube Caixeiral

Em 26 de maio de 1938 a Società Italiana foi extinta em obediência ao Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, decreto de nacionalização. Ficou determinada a obrigatoriedade da extinção, em todo território nacional, de todas pessoas jurídicas (sociedades) estrangeiras existentes, podendo converter-se em pessoas jurídicas brasileiras. Isto implicava na admissão de sócios sem discriminação nacional ou étnica (muito embora em relação aos afrodescendentes tenha levado algumas décadas para ser cumprida!). Toda documentação da entidade (Estatuto, atas etc.) obrigatoriamente redigida em Português e, obviamente, denominação brasileira.

Assim surgiu o CLUBE CAIXEIRAL. Na sequência da Assembleia Geral de extinção da Società Italiana reuniu-se a Assembleia Geral de Fundação do Clube Caixeiral. O Consiglio Direttivo tornou-se Diretoria. Dionísio Lângaro, foi o último presidente da Società e o primeiro do Caixeiral.

Em 4 de julho de 1992 efetivou-se a fusão com o Campestre Tênis Clube, da qual resultou o CAIXEIRAL CAMPESTRE TÊNIS CLUBE. O Campestre tivera sua origem, em 20 de novembro de 1984, no Centro Social Santa Terezinha, criado em 17 de junho de 1968, entidade paroquial com sede na Vila Rodrigues. Em 17 de março de 2014 o mais antigo clube social da cidade mudou mais uma vez de nome, agora é CLUBE CAIXEIRAL CAMPESTRE.

Cemitério Municipal "Vera Cruz"

O primeiro cemitério público municipal de Passo Fundo foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1902 pelo Intendente Municipal Pedro Lopes de Oliveira, mais conhecido como Coronel Lolico. A partir daquela data ficaram proibidas inumações no cemitério católico então existente na área posteriormente atravessada por trechos das atuais Avenida General Netto, ruas Independência, General Osório e Coronel Chicuta. O projeto e a escolha do local deveu-se ao Coronel Gervásio Lucas Annes, chefe do Partido Republicano Riograndense no município. Não obstante ser legalmente um cemitério laico foi lhe dado o nome de Vera Cruz, que significa cruz verdadeira.

A origem do Cemitério "Vera Cruz" teve como causas principais a separação, pelas leis da República, entre Estado e Igreja, a localização da Estação Ferroviária, a mudança da Igreja Matriz para a Praça Tamandaré. A religião católica, na condição de crença oficial e a única permitida até a Proclamação da República, mantinha anexo a cada templo religioso um cemitério administrado pelo Vigário, responsável pelo registro dos sepultamentos, cobrança de taxas e emissão das certidões de óbito. Quando em 23 de agosto de 1835 foi consagrado o primeiro templo religioso de Passo Fundo ao seu lado, como de costume, surgiu o cemitério, o qual foi usado durante quase 70 anos. Note-se que diferentemente da maioria absoluta dos povoados, vilas e cidades da época Passo Fundo teve sua capela, mais tarde matriz, construída fora da área urbana. Apenas no final do século, em pleno regime republicano, a Matriz foi edificada no centro da então Cidade de Passo Fundo.

Na mesma época (séc. XIX) as correntes migratórias europeias trouxeram para o Brasil seguidores da Reforma,

principalmente luteranos e calvinistas. Tal fato obrigou a Monarquia tolerar aqueles cultos, por consequência seus cemitérios. No início da década de 1840 estabeleceu-se em Passo Fundo a primeira família germânica e luterana. O chefe dessa família Johann Adam Schell, Adão Schell, providenciou a fundação de um cemitério para não-católicos. O local escolhido foi a área da hoje Praça Fredolino Chimango. Em 1902 o chamado "cemitério dos luteranos" ou "dos protestantes" também foi desativado, os túmulos, lápides e respetivos defuntos transferidos para o cemitério municipal. Em vida estiveram perfeitamente entrosados na sociedade local, por amizade, negócios, casamentos e atividades sociais, agora deixavam de ser segregados após a morte. A área desocupada ficou para a Municipalidade que em 1922 cedeu para uso ao Exército Brasileiro. Tendo a unidade sediada no Quartel se retirado, a praça tornou-se pública, usada para lazer e práticas esportivas.

Desativado o cemitério católico as famílias dos falecidos tiveram um prazo para transladar os restos mortais. Todavia, por diferentes razões, apenas uma pequena parte recebeu sepultura no Vera Cruz, grande parte ficou abandonada e soterrada. A seguir foi procedido o arruamento e o parcelamento dos lotes. Sendo propriedade da Cúria Diocesana integraram os terremos foreiros até os anos 1950. Consta da tradição oral da cidade que naquela área toda vez que cavavam para assentar alicerces de novas construções, desenterravam ossos humanos. Apesar de todas municipalidades haverem cumprido a obrigação de disponibilizar ao menos um cemitério público e laico, via de regra, os cemitérios confessionais não foram desativados, seu funcionamento continuou e continua sendo permitido. O caso de Passo Fundo, devido a circunstâncias especiais, foi diferente. Os dois cemitérios religiosos desapareceram. Passados 20 anos surgiu um confessional. Por motivo da fixação na cidade de um considerável número de famílias judias foi criado, em 1924, junto ao cemitério municipal, o Cemitério Israelita.

Em 9 de novembro de 1902 faleceu o Vigário paroquial José Ferreira Guedes, o Padre Guedes. Dos registros da época deduz-se que o sepultamento do Padre Guedes foi uma verdadeira segunda inauguração do Cemitério "Vera Cruz". Não por não haver ocorrido sepultamentos desde o mês de janeiro, mas pelo número de autoridades e de pessoas de todos os níveis sociais que compareceram ao ato. Um evento realizado com pompa e circunstância. Elogio fúnebre proferido por Antonino Xavier.

Atualmente o Cemitério "Vera Cruz" é o maior e mais rico patrimônio histórico funerário do Município de Passo Fundo.

Dois sacerdotes no Parlamento Municipal

No último pleito municipal, com a eleição do Padre Wilson Lill vereador para o mandato 2013-2016, o Legislativo passofundense, em sua trajetória iniciada em 7 de agosto de 1857, veio a contar com seu segundo sacerdote católico romano.

O primeiro foi o Padre Valentin Rumpell, edil de 1906 a 1912. Valentin Rumpell chegou a Porto Alegre em 1892 integrando um grupo de seminaristas alemães da Societas Apostolatus Catholici, ordem religiosa romana fundada pelo italiano Padre Vicente Pallotti, donde serem conhecidos como Palotinos. Do grupo também faziam parte os seminaristas Wimmer e lop. Os três, concluídos seus estudos no Seminário anexo à Cúria Diocesana de Porto Alegre e ordenados sacerdotes, exerceram apostolado religioso em Passo Fundo.

A congregação dos Palotinos, tal qual a maioria das congregações religiosas católicas, veio para o Brasil na linha da romanização do catolicismo brasileiro após a Proclamação da República, 1889, e consequente separação entre o Estado e a Igreja. Durante o período colonial o Rei de Portugal e após a Independência o Imperador eram os chefes da Igreja nos territórios de suas jurisdições. De acordo com o chamado regime de Padroado as orientações e as nomeações emanadas de Roma necessitavam do acordo do Chefe de Estado. Os membros do clero eram uma espécie de funcionários públicos religiosos. Os cônegos e os párocos recebiam do governo a côngrua, uma pensão pelos serviços prestados. Havia muitas injunções nas nomeações de bispos e arcebispos. Valendo-se da separação Roma passou a

interferir diretamente. Uma das medidas foi o envio de congregações europeias a fim de gradativamente modificar a composição do clero até então formado basicamente por brasileiros e portugueses, um clero considerado não muito "católico".

Chegados à capital dos gaúchos às vésperas da "revolução" da degola", sem conhecer o idioma e os costumes locais, os jovens seminaristas levaram vários sustos e passaram por situações difíceis. Terminada a guerra civil e já ordenados sacerdotes foram, em 1896, designados para a paróquia de Santa Maria da Boca do Monte.

Em 9 de novembro de 1902 faleceu o Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Padre José Ferreira Guedes. Pe. Guedes era sacerdote secular, nascido em Portugal. Tendo exercido suas funções em São Sepé assumiu, em 1880, a paróquia que abrangia todo o então município de Passo Fundo. Com a vacância a paróquia foi entregue aos Palotinos. Coube ao Padre Pedro Wimmer o cargo de Vigário.

O Pe. Valentin Rumpell, em 1904, substituiu o Pe. Wimmer, e o Pe. Raphael lop assumiu o cargo de Coadjutor. Em 1907 o Pe. Valentin concluiu as obras da Igreja Matriz da Praça Tamandaré, iniciadas pelo Pe. Guedes em 1893. O Pe. lop foi investido na titularidade em 1918. Isto significa que por 14 anos o Pe. Valentin esteve à testa da Paróquia de N.ª Sr.ª da Conceição.

Durante seis anos, além de Vigário, o Pe. Valentin foi Vereador. Na Primeira República, a "república dos coronéis", 1889-1930, o Legislativo Municipal foi denominado Conselho Municipal, seus membros Conselheiros. O Executivo era chefiado pelo Intendente. A Legislatura 1904-1908 foi interrompida ao meio pela renúncia de seis dos sete conselheiros. Apenas o Conselheiro Gabriel Bastos permaneceu no cargo. O motivo da renúncia coletiva foram desentendimentos entre os chefes do Legislativo, Executivo e Judiciário municipais. Realizadas eleições suplementares em 31 de

maio de 1906, o Pe. Valentin Rumpell foi eleito Conselheiro Municipal. Tornou a ser eleito para a Legislatura seguinte, 1908-1912. Antonino Xavier em <u>O Município de Passo Fundo Através do Tempo</u> registra Padre Dr. Valentim Rumpell. No livro <u>Câmara Municipal de Passo Fundo</u>, editado em 1988 pela Mesa Diretora da Casa, consta da relação dos conselheiros: Ten. Cel. Padre Dr. Valentin Rumpell.

Vigário e Conselheiro Municipal mereceu ser homenageado com um topônimo na cidade. A principal via da Vila Lucas Araújo é a Rua Padre Valentin.

O Antigo Paço Municipal

Em meados de 1911 o construtor italiano Luigi Ricci deu por concluído o prédio onde a partir de 25 de julho passou a funcionar a sede do Poder Executivo passo-fundense. Localizado na Rua do Comércio (atual Avenida Brasil) entre as ruas Quinze de Novembro e Teixeira Soares, fronteiro à "calçada alta". Foi o primeiro Paço Municipal de Passo Fundo.

Ao longo de quase 54 anos o Executivo Municipal funcionara, sempre provisoriamente, em casas alugadas a particulares. O governo municipal de Passo Fundo não dispunha de paço, isto é, de palácio. De 7 de agosto de 1857 até a Proclamação da República a administração municipal coube, na forma da Constituição de 1824, à Câmara Municipal. O Presidente da Câmara detinha a chefia do Executivo. A Constituição Republicana de 1891 separou os poderes. O Executivo passou a ser encabeçado pelo Intendente. Surgiu assim a Intendência Municipal, ficando a Câmara com funções legislativas e fiscalizadoras. Após a Revolução de Outubro de 1930 os Intendentes passaram a ter o título de Prefeito e a Intendência a ser denominada Prefeitura

Destarte, o antigo Paço Municipal sediou de 1911 a 1930 a Intendência e de 1930 a 1977 a Prefeitura. É por este motivo que nós da geração passo-fundense mais antiga, hoje na terceira idade, conhecemos aquele prédio como "prefeitura", criamo-nos sabendo que ali funcionava a Prefeitura Municipal. Os que conheceram o Paço Municipal como "intendência" já morreram faz tempo. Há mais de 80 anos ali passou a funcionar a Prefeitura, por isso o povo passo-fundense a chama de "prefeitura velha" ou "antiga prefeitura".

Luigi Ricci estabeleceu-se em Passo Fundo após haver trabalhado em obras da via férrea, qualificado como "assentador de tijolos". Integrou o grupo dos primeiros italianos fixados na cidade na sequência da chegada da estrada de ferro. Fez parte da primeira diretoria da Società Italiana de Mutuo Soccorso, fundada em 26 de maio de 1901, hoje Clube Caixeiral Campestre. Além do Paço Municipal construiu muitos prédios cujos tijolos eram fabricados em olaria de sua propriedade. A massa para assentar os tijolos era obtida no próprio local da obra, um barro resultante da mistura de terra, cal, cinza e água sovado "à muque". A edificação foi executada obedecendo projeto de autoria da Secção de Obras do Governo Estadual.

As providências iniciais para edificação do primeiro Paço Municipal de Passo Fundo foram tomadas pelo Intendente Pedro Lopes de Oliveira, o Coronel Lolico, em 1902. A obra foi concluída e inaugurada na gestão do Intendente Coronel Gervásio Lucas Annes. O último Intendente a ocupar aquele Paço foi Henrique Scarpellini Ghezzi, vice que havia substituído o titular, doutor Nicolau de Araújo Vergueiro, o qual assumira cadeira de deputado federal pelo PRR. Tendo sido nomeado pelo Interventor Federal, General José Antônio Flores da Cunha, Scarpellini Guezzi foi o primeiro Prefeito a ocupar a hoje "prefeitura velha".

O último Prefeito na "prefeitura velha" foi o Coronel Edu Vila de Azambuja, o qual em 1977 transferiu o Paco Municipal para próximo do passo na área onde em 1957 haviam sido construídos os pavilhões dos festejos do 1º Centenário da Emancipação Municipal. O prédio foi usado até 1995 por diversas secretarias municipais e entidades diversas quando foi reformado para sediar o Museu Histórico Regional. Integra o projeto Pró-Memória Gaúcha. faz parte do Patrimônio Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, está tombado pelo Município. Os passo-fundenses carinhosamente o nominam "Prefeitura Velha".

Ônibus da Cidade

No domingo, 4 de maio de 1947, às 14 horas, na Praça Marechal Floriano foi inaugurada a primeira linha de transporte coletivo público da cidade de Passo Fundo. Anos antes ocorrera uma iniciativa pioneira nesse sentido. Todavia, a restrição no consumo de gasolina e outras restrições decorrentes do período de guerra levaram a interromper o projeto. Assim só após terminada a 2ª Guerra começou a circular o primeiro "ônibus da cidade" com sequência ininterrupta até os dias atuais. A imprensa local noticiou, com destaque, um "ônibus de tipo moderno montado nas oficinas da firma Menegaz, Tagliari & Cia."

Ao ato inaugural compareceu grande público, além das principais autoridades encabeçadas pelo Prefeito Municipal nomeado Ivo Pio Brum e pelo Diretor-gerente da concessionária **Empresa Melhoramentos de Transportes Gerais Ltda.** Aparício Miranda.

Foi inaugurada a linha de nº 1 Boqueirão-Passo. A linha nº 2 Vera Cruz-Exposição ficou, conforme anunciado, para "dentro de poucos dias". Isto porque o ônibus 02 ainda estava sendo montado. A Menegaz havia concluído a montagem do ônibus 01 na tarde de sábado, dia 3.

Ambas as linhas estavam divididas em duas secções.

Linha 1 – 1ª secção: Praça Mal. Floriano – Av. Gal. Netto – Av. Brasil até o Boqueirão; volta: Av. Brasil – Rua Cel. Chicuta – Rua Gal. Osório – Praça. 2ª secção: Praça – Av. Gal. Netto – Av. Brasil – Av. Cap. Jovino até o "Passo", ponte do Rio Passo Fundo; volta: Av. Cap. Jovino – Av. Brasil – Rua Bento Gonçalves – Rua Independência – Praça (ponto terminal).

Linha 2 – 1ª secção: Praça Mal. Floriano – Rua Bento Gonçalves - Rua Gal. Canabarro - Av. Mauá até Exposição; volta: Av. Mauá - Rua Gal. Canabarro - Rua Bento Gonçalves - Rua Independência - Praça. 2ª secção: Praça - Av. Gal. Netto - Av. Brasil - Rua Teixeira Soares até o Cemitério Vera Cruz; volta: Rua Teixeira Soares - Av. Brasil - Rua Cel. Chicuta - Rua Gal. Osório -Av. Gal. Netto – Praça (ponto terminal).

Avenida Mauá (antiga Av. do Progresso) é a atual Av. Presidente Vargas, o ponto de retorno, onde o "ônibus virava", ficava um pouco além do portão do atual quartel da Brigada Militar. Exposição é hoje Bairro São Cristóvão. No Boqueirão o retorno era feito na altura da intersecção da Av. Brasil pela atual Rua Diogo de Oliveira. Os extremos das linhas de ônibus correspondiam, na prática, aos então limites urbanos da cidade de Passo Fundo.

O preço da passagem por secção era de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos). "Colegial fardado ou portando carteira fornecida pela direção do estabelecimento que frequente" pagava Cr\$ 0,30 (trinta centavos). As passagens podiam ser adquiridas nos escritórios da Melhoramentos localizados junto à garagem dos ônibus na Rua Tiradentes, em frente da firma Menegaz. Para cem passagens précompradas a empresa concedia um desconto de 5%.

A concessionária divulgou aviso à população informando:

- a Entrada é pela porta traseira do ônibus;
- o passageiro não possuindo consigo passagem, deverá compra-la do cobrador;
- ao sair o passageiro é obrigado a depositar a passagem (uma medalha circular em plástico duro) na urna de vidro existente ao lado do condutor:
- embarque e desembarque de passageiros só é permitido nas paradas, locais indicados por placa de latão, em forma de triângulo, colocada em poste, com os dizeres Parada de Ônibus.

Praça Itália

Praça Itália, canteiro central da Avenida Sete de Setembro – antigo leito da via férrea – no trecho entre as ruas Teixeira Soares e Quinze de Novembro, criada pela Lei nº 3.435 de 7 de outubro de 1999 em homenagem à República Italiana. Suponho ser hoje a Praça Itália o logradouro público, no mundo, com mais monumentos por metro quadrado. Conheço praças em meio mundo, algumas com muitos monumentos, porém nenhuma com tal concentração. Atualmente conta com nove monumentos. O último construído é o monumento ao Cabo Neves, FUNDADOR DA CIDADE DE PASSO FUNDO.

Os monumentos da Praça Itália homenageiam: Dante Alighieri, 1265-1311, nascido em Florença, na Península Itálica, poeta, com a obra La Divina Comédia foi um dos criadores do padrão culto da língua italiana escrita. Leonardo Da Vinci, 1452-1519, cientista, pintor, escultor, arquiteto, engenheiro, inventor e escritor, nascido em Florença. Felipo Isnardi, 1802-1860, pároco da capela curada da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo entre 1852 e 1854. Giuseppe Garibaldi, 1807-1882, nascido em Nizza, atual Nice na França, herói da unificação da Itália, lutou na guerra civil gaúcha conhecida como "Revolução Farroupilha", participou da proclamação da República Juliana em Santa Catarina. Anita Garibaldi, Anita Maria de Jesus Ribeiro, 1821-1849, nascida em Morrinhos do Mirin, Laguna, Santa Catarina, casou-se com Giuseppe, acompanhou-o no retorno à pátria, ocasião em que participou da luta pela unificação da Itália. Etnia Germânica, o monumento refere o dia 25 de julho de 1824, considerado o início da colonização germânica do Rio Grande do Sul. Etnia Africana, o monumento faz referência à Lei da Abolição da Escravatura, 13 de maio de 1888, e à Princesa Isabel. Veteranos da 2ª Guerra Mundial, em honra aos Pracinhas Brasileiros que lutaram na Itália contra o nazi-fascismo, em especial o pracinha passo-fundense Tenente Miguel Pereira. Será afixada placa em memória do Cabo Fredolino Chimango, pracinha passo-fundense que a 14 de abril de 1945 pereceu lutando na Batalha de Montese.

O monumento ao *Cabo Neves* homenageia e conserva a memória de Manoel José das Neves, 1790-1853, soldado miliciano do Regimento de Cavalaria da Comarca de Coritiba, Província de São Paulo. Participou do combate do Rincão das Galinhas, sendo promovido a Cabo "por ato de bravura". Em dezembro de 1827, vindo de São Borja, chegou com a esposa, filhos, agregados, escravos e algum gado, ao lugar onde hoje situa-se Passo Fundo. Construiu sua morada e sede de sua "pequena fazenda de criar" junto à Praça Tamandaré dando início à povoação origem da Cidade.

Além dos monumentos há oito painéis metálicos de 2 m x 1 m, autoria da artista plástica Maria Lucina Busato Bueno, fixados em parede fronteira à Praça.

A iniciativa dos monumentos e painéis, e conservação da Praça está a cargo de uma comissão especial, o Comitato Piazza Italia, sob a coordenação do Cavaliere de la Republica Italiana Aldo Alessandri e sua esposa, Elohy Bertoldo Alessandri.

A Historiografia Passo-fundense

1908-1988

historiografia passo-fundense, como historiografia municipal, surge na segunda fase da historiografia sul-riograndense. Portanto na fase de elaboração ideologizada da História regional. Fase surgida no período da chamada República Velha, 1889-1930. Intelectuais orgânicos do republicanismo positivista reunidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul -IHGRS, irão construir uma imagem da história regional na qual a classe dominante exerce o papel principal. Na figura do gaúcho, "monarca do pampa", confunde-se o estancieiro e o peão, o patrão e o empregado. O Rio Grande do Sul aparece como a região politicamente mais democrática e etnicamente mais branca do País. O fim do isolacionismo rio-grandense e as transformações urbanoindustriais a partir das décadas de 30 e 40, não abalaram essa historiografia oficial. Pelo contrário, consolidou-se no saudosismo glorificador de um imaginário passado heroico.

Tomado o período de oitenta anos que se inicia com a publicação dos <u>Annaes do Municipio do Passo Fundo</u>, por Francisco Antonino Xavier e Oliveira, em 1908, temos a perfeita reprodução do modelo regional (rio-grandense) em âmbito microrregional (passofundense). Essa historiografia municipal (hoje abrangendo os 120 municípios originados total ou parcialmente de Passo Fundo) principiada após a guerra civil de 1893-1895, a Revolução Federalista ou "revolução da degola", trás as marcas do antagonismo visceral entre pica-paus e maragatos, entre chimangos e libertadores. Além do que tal qual no RS aqui também estavam no Poder pica-paus e chimangos.

Por ser uma produção historiadora cuja referência é o primitivo município emancipado em 1857 deve ser considerada

como historiografia regional passo-fundense. É a matriz de mais de uma centena de historiografias municipais vinculadas a uma origem comum. Decorrente dessa delimitação espacial, o município em 1857, e temporal, 1908-1988, deve-se considerar o núcleo formado por três historiadores: Antonino Xavier, Delma Rosendo Gehm e Jorge Cafruni. Não que sejam os únicos produtores da historiografia passo-fundense. Em obras anteriores ao período em pauta, mormente as que versam sobre a região missioneira e/ou norte do atual RS, e em obras de outros historiadores contemporâneos, porém não conterrâneos dos três citados, há frequentes referências a fatos e personagens passo-fundenses. Concomitantemente deuse por diversos meios uma produção historiadora local esparsa, resultado de trabalhos de intelectuais que contribuíram para o conhecimento do passado da região, mesmo sem a formal intenção de "escrever História".

Antonino Xavier (1876-1959) publicou entre 1908 e 1957 variada obra. No ano de 1990 foi reunida e reeditada, em três volumes, pela UPF - Universidade de Passo Fundo com apoio da Prefeitura Municipal. Deixou volumosa produção ainda inédita. Delma Rosendo Gehm (1918-2008) é autora de <u>Passo Fundo Através do Tempo</u>, em três volumes publicados entre 1978 e 1983, além de vários opúsculos e artigos na imprensa local versando sobre a história passo-fundense. Jorge Edeth Cafruni (1913-1974) tem como principal obra <u>Passo Fundo das Missões</u> publicada em 1966.

Apesar do subtítulo História do Período Jesuítico, Cafruni aborda temas desde os "primitivos habitantes", os indígenas, passando pelos jesuítas (é óbvio) e pelos bandeirantes, até os primeiros luso-brasileiros que exploraram a região, na segunda metade da década de 1810, e a fixação dos mesmos a partir de dezembro de 1827, com a chegada do Cabo Neves, Fundador da Cidade de Passo Fundo.



Catálogo do Projeto Passo Fundo www.projetopassofundo.com.br



Ney Eduardo Possapp d'Avila - Nasceu em Passo Fundo, na terça-feira de Carnaval de 1941. Filho de Narciso Vieira d'Avila e Olinda De Bona Possapp. Técnico em Contabilidade, estudou Economia no Brasil e em Moscou URSS, licenciou-se em História pela UPF em 1988. Recebeu o título de Mestre em História pela UFSC em 1993. Foi professor, Coordenador de Unidade e Diretor Regional da UERGS. Em 1996 publicou seu primeiro livro, Passo Fundo - Terra de Passagem, em 2011 Um olhar sobre a Legalidade e em 2012 Degola e Degoladores. Há 25 anos dedica-se à pesquisa da história de Passo Fundo e região.

